



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

BOA VISTA/RR, 2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

BOA VISTA, 17 DE MARÇO DE 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

5°DRPRF	Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU	Controlaria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	Núcleo Administrativo e Financeiro
NAP	Núcleo de Administração de Pessoal
NCAI	Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
NPF	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública

PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU/RR	Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE QUADROS

I	Estrutura Organizacional do 5ºDRPRF/RR.
II	Identificação da UJ
III	Programas de Governo
IV	Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR.
V	Plano Interno 1404G
VI	Plano Interno 1404G1
VII	Capacitações realizadas com aplicação de recursos
VIII	Capacitações realizadas sem aplicação de recursos
IX	Valores empenhados na ND 449052
X	Valores empenhados na ND 339030
XI	Atividades de CSR
XII	Valores empenhados com manutenção de viaturas
XIII	Valores empenhados na ação com aquisições
XIV	Valores empenhados com diárias e passagens na ação
XV	Indicadores para as atividades de policiamento ostensivo
XVI	Comparativo de Acidentes
XVII	Quantidade de Feridos
XVIII	Nº mortos/mês
XIX	Procedimento x Mês
XX	Comparativo de Procedimento
XXI	Operações Nacionais (feriados prolongados)
XXII	Resumo das ações específicas desempenhadas
XXIII	Dados operacionais
XXIV	Recursos empenhados com investimentos na ação
XXV	Recursos empenhados na ação
XXVI	Recursos empenhados na ação (Serviços)
XXVII	Demais recursos empenhados na ação
XXVIII	Recursos empenhados com aquisição de viaturas
XXIX	Recursos empenhados com manutenção predial
XXX	Recursos empenhados na ação
XXXI	Recursos empenhados com telefonia e transmissão de dados
XXXII	Recursos empenhados com investimentos nesta ação 8857
XXXIII	Recursos empenhados com Diárias e Passagens nesta ação
XXXIV	Recursos empenhados com aquisição de viaturas
XXXV	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
XXXVI	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
XXXVII	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa
XXXVIII	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa
XXXIX	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores
XL	Composição do Quadro de Recursos Humanos
XLI	Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária
XLII	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
XLIII	Composição do Quadro de Servidores Inativos

XLIV	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão
XLV	Composição do Quadro de Estagiários
XLVI	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
XLVII	Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene
XLVIII	Contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva
XLIX	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
L	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço
LI	Estrutura de controles internos da UJ
LII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
LIII	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
LIV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
LV	Gestão de TI da UJ
LVI	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
LVII	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
LVIII	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

LISTA DE GRÁFICOS

I	Acidentes x Mês
II	Nº feridos x Mês
III	Mortos x Mês
IV	Procedimentos x Mês
V	Procedimentos x Meta (2009-2010)
VI	Pregões x Dispensa+Inexigibilidade
VII	Despesas Correntes (Empenhada x Liquidada)
VIII	Investimentos
IX	Procedimentos operacionais (2010)
X	Número de policiais por trimestre
XI	Evolução proporcional

S U M Á R I O

ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	12
INTRODUÇÃO.....	20
PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	22
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	22
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	22
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS.....	23
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	23
2.1.1. Competência Institucional.....	23
2.1.2. Objetivos Estratégicos.....	25
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	26
2.2.1. Análise do andamento do Plano Estratégico do DPRF.....	26
2.2.2. Análise do Plano de Ação do 5ºDRPRF/RR referente ao exercício 2010.....	27
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	30
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do DPRF.....	31
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR.....	31
2.3.2.1. AÇÃO 2524 - Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	33
2.3.2.2. AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	36
2.3.2.3. AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	39
2.3.2.4. AÇÃO 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais.....	51
2.3.2.5. AÇÃO 2000 - Administração da Unidade.....	53
2.3.2.6. AÇÃO 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.....	55
2.3.2.7. AÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	56
2.3.2.8. AÇÃO 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	57
2.3.2.9. AÇÃO 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã.....	58
2.3.2.10. AÇÃO 20EV - Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.....	59
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	60
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	60
2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	60
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	61
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	61
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	61
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	62
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	64
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	66
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	69

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES.....	69
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	71
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativo.....	71
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	73
5.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	73
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	74
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	75
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	76
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2010.	76
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.....	76
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	77
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO 5ºDRPRF/RR.....	77
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	79
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO 5ºDRPRF/RR.....	80
11.1. Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União;	80
11.2. Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros;	81
11.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ;.....	81
11.4. Discriminação dos Bens Imóveis Locados de Terceiros pela UJ.....	82
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	82
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	83

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	84
14.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	84
14.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	87
14.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	87
14.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	87
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	88
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO 5ºDRPRF/RR.....	88

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretor Geral

Hélio Cardoso Derenne

5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/Roraima

Chefe do Distrito

Marco Aurélio Almeida Pinto

Núcleo Administrativo e Financeiro

Daniel Nunes de Ávila

Núcleo de Policiamento e Fiscalização

Paulo José Gomes Filho

Núcleo de Administração de Pessoal

Marcelo Aguiar da Silva

Núcleo de Correição e Assuntos Internos

Claudio Nemezio da Silva Junior

Missão Institucional

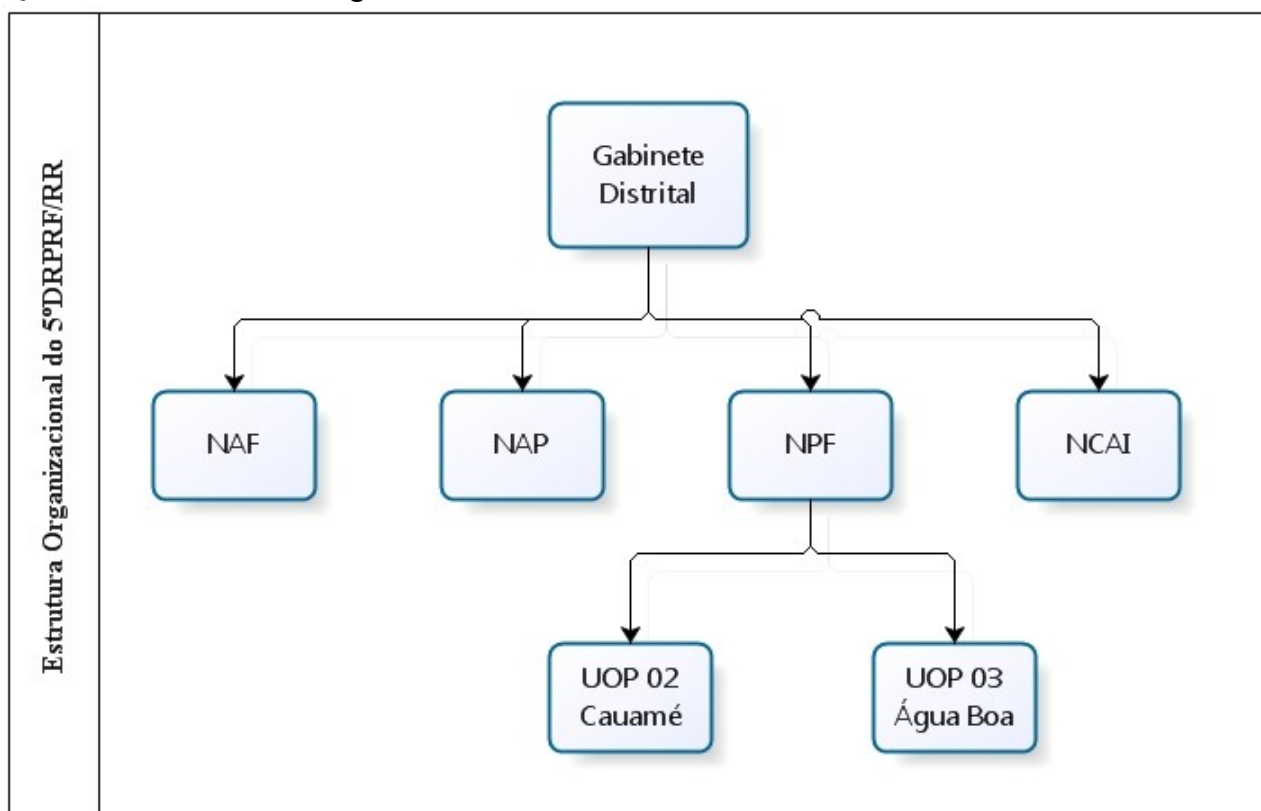
Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A seguir, descrevemos de forma sucinta as competências e atribuições, com base no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), dos núcleos e setores que compõem o organograma hierárquico do 5º Distrito de Polícia Rodoviária Federal (5ºDRPRF/RR).

As informações abaixo possibilitam conhecer os vínculos entre as diversas subdivisões do 5ºDRPRF/RR.

QUADRO I – Estrutura Organizacional do 5ºDRPRF/RR.

**Identificação das Unidades Operacionais – UOP****UOP**

Unidade Operacional (UOP) do Cauamé	Localização: BR 174, Km 512, Boa Vista, RR
Unidade Operacional (UOP) do Água Boa	Localização: BR 174, Km 491, Boa Vista, RR

A seguir destacamos as competências, aprovadas pelo Regimento Interno do DPRF (PORTARIA MJ Nº 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007), de cada Núcleo deste 5ºDRPRF/RR:

Art. 96. Aos Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;*
- II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;*
- III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;*
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;*
- V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;*
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;*
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;*
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;*
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;*
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e*
- XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.*

Art. 97. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas;*
- II - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:*
 - a) atendimento pré-hospitalar e resgate*
 - b) transporte inter-hospitalar;*
 - c) transporte de órgãos;*
 - d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;*
 - e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;*
 - f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;*
 - g) atividades de medicina do tráfego;*
 - h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;*
 - i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.*

III - acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

IV - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso II;

V - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II;

VI - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VII - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VIII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

IX - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

X - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

XI - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XII - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências;

XIII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;

XIV - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material, informações pertinentes à estadia, locomoção, alimentação e demais dados necessários ao planejamento logístico, quando da realização de operações fora de sua circunscrição;

XV - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: corpo de motociclismo, grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;

XVI - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

XVII - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades do Distrito Regional, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

XVIII - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registro de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

XIX - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

XX - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infrações e autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados;

XXI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

XXII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

XXIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas;

XXIV - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI; e

XXV - coordenar e controlar as atividades da Central de Informação Operacional - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta.

Art. 98. Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - executar as atividades inerentes às aquisições de materiais e serviços de interesse do Distrito Regional;

III - auxiliar na elaboração de editais de licitação, minutas de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações;

IV - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

V - coordenar e analisar os atos relacionados aos procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades;

VI - comunicar ao superior hierárquico os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação no âmbito do Distrito Regional;

VII - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

VIII - controlar e executar os recursos recebidos, além de emitir notas de empenho, efetuando, quando necessário, reforços e cancelamentos;

IX - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

X - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

XI - controlar, conferir e processar os pagamentos de despesas do

exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
XII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
XIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
XIV - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
XV - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
XVI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;
XVII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;
XVIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio do Distrito Regional;
XIX - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores do Distrito para pronto atendimento quando solicitado; e
XX - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de servido da Unidade Regional, bem como

Art. 99. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;
II - auxiliar na realização de estágios, cursos, concursos públicos e outros processos seletivos;
III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;
IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;
V - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
VI - planejar e executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa - GDATA, bem como as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;
VII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

VIII - instruir os processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União;

IX - auxiliar o Chefe de Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

X - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

XI - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

XII - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

XIII - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

XIV - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

XV - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

XVI - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

XVII - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XVIII - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XIX - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XX - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XXI - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XXII - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XXIII - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XXIV - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XXV - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

- c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;
- d) apoio de saúde institucional;
- e) higiene e saúde no trabalho;
- f) perícias;
- g) doenças do trabalho;
- h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
- i) medicina do trabalho;
- j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
- l) juntas médicas regionais.

XXVI - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

XXVII – auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

XXVIII - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

XXIX - realizar o acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

XXX - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas;

XXXI – representar a Unidade Regional local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas;

XXXII – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação;

XXXIII – adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação; e

XXXIV – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

I – planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

V - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;

VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do Distrito Regional;

VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores do Distrito Regional;

IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

XII - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatório de gestão;

XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correcionais, às áreas competentes;

XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;

XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correcionais;

XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e

XVII - elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

INTRODUÇÃO

Neste documento, apresentaremos o Relatório de Gestão do 5ºDRPRF/RR, no qual evidenciaremos as atividades administrativas e operacionais executadas no ano de 2010. Demonstraremos ao longo deste, que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o Estado de Roraima.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Planejamento, Gestão e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo DPRF no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

O presente Relatório encontra-se dividido em 13 itens numerados para a Parte A e 1 item para a Parte B, os quais seguem a mesma sequência fixada nos normativos e orientações relacionados com a elaboração deste Relatório. Os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houveram ocorrências no período, se desdobram em subitens, tendo como limite a identificação de quinto nível.

A seguir estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ que, no entanto, não houveram registros de ocorrências no exercício 2010, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2010:

Parte A

2.d.I. Programação Orçamentária das Despesas (não foram preenchidos os quadros A.2.3 a A.2.6, porque a UJ não executou créditos originários e não é unidade orçamentária).

3. Reconhecimento de Passivos (não houve reconhecimento de passivos no exercício de 2010)

14. Renúncia Tributária (a UJ não reconhece receita tributária)

16. Informações sobre recomendações da unidade de controle interno (inexiste na estrutura do órgão).

Parte B

2. Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, incluindo as notas explicativas

3. Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas

4. a) Composição acionária do capital social

b) Posição da UJ como detentora de investimento

5. Parecer de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Parte C

Todos os itens

Apresentamos o escopo das atividades desenvolvidas, intimamente ligadas à obtenção dos resultados operacionais. Tais atividades serão relacionadas por suas áreas de atuação, levando-

se em conta a divisão das equipes de trabalho, ou seja, Administração, Recursos Humanos, Corregedoria e Policiamento e Fiscalização.

As ações executadas encontraram algumas resistências, a exemplo de limitações de recursos orçamentários, humanos e logísticos. A resistência orçamentária materializa-se na indefinição do “quantum” financeiro a ser percebido pela Regional durante o ano, e ainda nas contingências financeiras aplicadas em razão do equilíbrio das contas públicas. A resistência de recursos humanos apresenta-se na **ausência de pessoal suficiente** e a de logística apresenta-se na estrutura modesta de um Distrito de Polícia Rodoviária Federal (PRF). Porém, tais resistências não impediram a execução da maioria de nossas tarefas.

A estrutura administrativa sofreu pequena mudança com o remanejamento de pessoal, permitindo aumentarmos a realização de eventos licitatórios, como por exemplo a aquisição de bens e serviços necessários, como viaturas, material de uso pessoal e equipamentos de informática e fiscalização.

A apresentação das ações executadas inicia-se com quadro contendo as informações relativas às mesmas, seguido de descrição das ocorrências do exercício, elaborada pelos responsáveis por suas respectivas ações no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. A quantificação das despesas executadas para o desempenho das ações encontra-se nos subitens referentes ao desempenho operacional da Unidade: inscrição em restos a pagar, transferências e execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.

Os números alcançados na área-fim, tanto na diminuição dos acidentes e feridos, quanto no aumento de autuações e no combate à criminalidade, foi possível em decorrência de mudanças no planejamento operacional. Acreditamos assim, que a ausência da PRF e de investimento nesta faria o Estado amargar expressivos aumentos negativos das estatísticas de trânsito e criminalidade.

Concluindo, embora tenhamos identificado pontos a serem saneados no próximo exercício, procuramos gerenciar os recursos e ações da PRF neste Estado respeitando os princípios que norteiam a Administração Pública.

Marco Aurélio **Almeida** Pinto
Chefe do Distrito

PARTE A - CONTEÚDO GERAL**1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL****1.1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL****QUADRO II - Identificação da UJ**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIORG: 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 5º DRPRF/RR			
Código SIORG: 29305	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200232
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(095) 3212-5100	(095) 3212-5101	(095) 3212-5141
Endereço eletrônico: gab.rr@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Professor Diomedes Souto Maior, nº 764 – São Vicente, Boa Vista – RR, CEP: 69303-450			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
* Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988. * Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. * Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998. * Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 1.375/2007			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO EXISTEM.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200232	5º Distrito Regional do DPRF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“não se aplica”	“não se aplica”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
“não se aplica”	“não se aplica”		

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL.

2.1.1. Competência Institucional

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas do desenvolvimento dos programas de Governo, como também, de circulação da produção nacional, pois representa meio de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das estradas e rodovias. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e tendo como principal função de Governo a segurança pública, atuando em todas as unidades da federação, é contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º:

“A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”

Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20:

“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

- Atua também, como guardião de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul.
- Assim, além da própria competência estabelecida nos citados normativos, tem as seguintes atribuições:
 - realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
 - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
 - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção e atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
 - realizar, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
 - credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e

transporte de cargas indivisíveis;

- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido a grande extensão da malha viária de Roraima. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, a exploração sexual infantil, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, contrabando, o descaminho, o transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na PRF.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Além disso, e mais importante, o atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Desta forma, a atuação de PRF busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados na situação social do país são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações de caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistemas de comunicação, capacitação, entre outros.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do andamento do Plano Estratégico do DPRF.

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do que vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da PRF no estado de Roraima. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades.

A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da PRF de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a não prevenção de acidentes em extensos trechos de rodovias e até mesmo de rodovias por inteiro.

O 5º DRPRF/RR tem como área de circunscrição 1.942 (um mil, novecentos e quarenta e dois) quilômetros de rodovias e estradas federais, distribuídos em 06 (seis) BRs: 174, 210, 401, 431, 432 e 433. Nesta área estão inseridas duas fronteiras internacionais: República Bolivariana da Venezuela ao norte (BR 174) e República Cooperativista da Guiana ao leste (BR 401); ainda, ao sul há a divisa com o Estado do Amazonas (BR174), principal corredor de transporte de cargas e passageiros.

A região fronteira de Roraima apresenta crescente aumento de fluxo de veículos e pessoas, devido à busca governamental em intensificar as relações comerciais internacionais com os países vizinhos, através da implantação da Área de Livre Comércio – ALC e da Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e ainda a inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu, no município do Bonfim/RR, fronteira com a Guiana Inglesa.

Mesmo diante desse contexto, nossa ação tem se dado quase que exclusivamente, quando possível, ao atendimento de ocorrências no Estado e realização de rondas nos trechos urbanos das rodovias BR174 e BR401, os quais cortam a capital do Estado.

Esta Unidade Jurisdicionada dispõe de dois postos de policiamento e fiscalização em condições de uso, no entanto, o atual efetivo permite ocupação em regime escalar de apenas um destes postos. O governo estadual, através de sua secretaria fazendária, disponibiliza parte de suas instalações, uma no município do Bonfim e outra no município de Pacaraima, que estão localizadas às margens das rodovias BR 401 e BR 174 (norte), respectivamente, para que a PRF possa atuar em conjunto na repressão/prevenção dos mais diversos ilícitos; no entanto, diante do reduzido efetivo, a PRF se faz presente de forma esporádica. Encerramos o ano de 2010 com 43 servidores, sendo 8 servidores administrativos 35 servidores policiais, dos quais apenas 19 desempenham atividade-fim.

Uma das variáveis soluções para fazer frente a carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da

sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de intervenção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguez na condução de veículos.

Com o mesmo objetivo, o DPRF orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos Comandos Específicos e nos Comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas e feriados prolongados.

A PRF se faz presente nas rodovias todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados Comandos Específicos, inclusive nos demais municípios do Estado onde exista rodovias federais. Desta forma, considerando que os servidores da Unidade estão lotados no município de Boa Vista, faz-se necessário a execução de despesas com diárias para execução de atividades de fiscalização fora da capital.

Outro fato que implica o pagamento de diárias em determinado período é a própria natureza da atividade policial, onde, invariavelmente, ocorre a convocação fora da programação, para que se possa atender eventos que não são possíveis de prever e que demandem um maior número de policiais na sua solução.

Desta forma, também foram pagas diárias nos finais de semana para atender a convocações, dentre as quais citamos os encontros anuais das respectivas coordenações, do DPRF nos casos em que a data de apresentação do servidor coincidiu com o primeiro dia útil da semana e a data de encerramento do evento o último dia da semana, uma vez que, pela localização geográfica da Unidade e pela disponibilidade de voos de saída e chegada em Boa Vista; para atender as convocações, os deslocamentos ocorrem nos dias anterior e posterior à realização do evento.

A extrema carência de servidores nesta UJ, tem reflexos, também, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, ocupando os servidores em diversas atribuições, além de participação em operações nacionais de fiscalização na atividade-fim.

Como forma de padronizar e atender as demandas de todas as unidades, o DPRF usa como estratégia a figura da Unidade Centralizadora de Compra (UCC), utilizada nas aquisições de maior volume, como exemplo, pneus e fardamento, onde apenas uma unidade do DPRF realiza o Registro de Preços e inclui como participante do referido registro as demais unidades. Tal procedimento é salutar, uma vez que as aquisições se mostram vantajosas em virtude da economia de escala e economizam tempo e dinheiro se compararmos com a realização de procedimentos, para adquirir o mesmo material, separadamente.

2.2.2. Análise do Plano de Ação do 5ºDRPRF/RR referente ao exercício 2010.

As prioridades e metas relativas à atividade operacional do 5ºDRPRF/RR, por

intermédio do Núcleo de Policiamento e Fiscalização (NPF), consideraram as premissas institucionais do DPRF e para o exercício 2010, com o estipulado pela Instrução de Serviço (IS) nº 01/2010, da Coordenação Geral de Operações (CGO) do DPRF, ratificadas através da Ordem de Serviço (OS) nº 04/2010/5º DRPRF/RR.

As premissas do DPRF estiveram especificadas na ordem de serviço acima elencada, e referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

- **Missão**

Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.

- **Visão**

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.

- **Valores**

Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.

Os objetivos traçados para o exercício de 2010, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, visaram ao alcance de metas estabelecidas para a Regional, com foco precípuo na prevenção de acidentes e criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais no Estado de Roraima, dentro das nossas limitações de policiamento, em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Para tanto, buscou-se, inclusive, melhorar a capacitação do efetivo policial, no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, ao enfrentamento de delitos na circunscrição da PRF, no trato com todos os usuários das rodovias e estradas federais e nos procedimentos adotados pelo DPRF.

O planejamento das ações foram subdivididas conforme especificações abaixo:

Fiscalizações rotineiras:

Operacionalizadas pelos policiais escalados para o serviço operacional ordinário, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente coibir as infrações de

circulação e conduta, além de repressão ao crime.

Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

Fiscalizações de alcoolemia:

Operacionalizadas, obrigatoriamente, de forma rotineira e sistemática, através de exame com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes, em especial os com lesões, e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, bem como em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, assim buscando inibir o consumo de álcool e posterior condução de veículos por condutores em condição irregular nas vias de tráfego.

Fiscalizações de transporte coletivo de passageiros:

Operacionalizadas em pontos estratégicos de tráfego de transportes intermunicipal e interestadual, mediante ações de fiscalização ao transporte coletivo de passageiros, objetivando coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, da habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte, e da habilitação dos condutores, entre outros, em especial no transporte interestadual de passageiros, para dar cumprimento ao Convênio nº 004/2006, firmado entre o DPRF e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Incluindo nesta fiscalização, estão ações de combate ao crime, ao trânsito de menores em situação irregular, consultas nos Sistemas Corporativos disponíveis, a exemplo da Rede INFOSEG, aos ocupantes destes veículos, e sempre que possível com verificação de bagagens.

Fiscalizações de transporte de cargas:

Operacionalizadas nos pontos de acesso à capital Boa Vista, mediante ações de fiscalização ao transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 004/2006 já citado.

Operações e Comandos:

As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF, através da CGO ou do 5ºDRPRF/RR, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais, estas duas últimas obedecendo ao cronograma da OS nº 01/2010/CGO, referente ao Planejamento Operacional 2010 do DPRF.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas.

Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, há previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do DPRF e Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pelo DPRF e estão disponíveis no relatório de gestão daquela UG, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pelo 5º DRPRF/RR na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2010.

No Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos, principalmente, para os seguintes programas:

QUADRO III – Programas de Governo

Código	Descrição do Programa	Quantidade de Ações
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	05
0750	Apoio Administrativo	01
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	03
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania	02

O Objetivo do Programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e as pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

O Objetivo do Programa 1386 é prover a PRF de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Os beneficiários são o DPRF e os usuários de rodovias federais.

O Objetivo do Programa 1453 é enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.

Além da execução de despesas com recursos dos programas de responsabilidade do DPRF, no exercício sob exame, esta Unidade executou despesas com recursos de programas de responsabilidade de outros órgãos da administração, cuja atuação está voltada à garantia de direitos e à segurança pública.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do DPRF.

A gestão dos programas de Governo estão sob a responsabilidade do DPRF, cabendo ao 5ºDRPRF/RR apenas a execução das ações.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR.

Neste demonstrativo estão relacionadas as 10 (dez) ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2010. O demonstrativo contempla ainda a ação 20EV, totalizando onze (11) itens de informação.

Destacamos que, somente na ação 2723 o DPRF repassou metas para esta UG, conforme se observa no quadro abaixo:

QUADRO IV - Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
06	128	0663	2524	A	4	Servidor capacitado (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	77	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	4290	A	4	Pessoa atendida (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	120	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	2723	A	3	Procedimento de Fiscalização	27.145	31.6111	27.943
						Taxa de Variação de acidentes (Acidentes/ 1.000.000 de veículos)	5,20	3,52	2,97
						Taxa de Mortalidade (Mortos /1.000.000 de veículos)	0,280	0,510	0,52
						Sensação de Segurança (%)	76	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	80
06	183	0663	2816	A	4	Operação realizada (unidade)	A meta física prevista	A meta física	A meta física a ser realizada em

							atualmente é apenas para o órgão central	realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	452	0663	8692	A	4	Pessoa capacitada (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	122	0750	2000	A	4	Não se aplica	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	200C	A	4	Veículo adquirido (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	3	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	8623	A	4	Unidade reformada (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	8698	A	4	Sistema mantido (% de manutenção)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	422	1453	8857	A	4	Pessoa Beneficiada (Unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
06	442	1453	20EV	A	4	Veículo adquirido (unidade)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	6	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central

Fonte: Lei 11.653 (PPA), NPF e CGPLAM/DPRF.

2.3.2.1. AÇÃO 2524 - Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

No exercício 2010 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos na ação de capacitação dos servidores do DPRF, no âmbito do 5º DRPRF-RR:

QUADRO V - Plano Interno 1404G (CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL)

	Natureza da Despesa	Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	21.900,16	21.900,16	21.900,16
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.717,08	16.717,08	16.717,08
	Subtotal	38.617,24	38.617,24	38.617,24

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO VI - Plano Interno 1404G1 (CAPACITACAO DE SERVIDORES DO DPRF - ÁREA-MEIO)

	Natureza da Despesa	Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	9.785,67	9.785,67	9.785,67
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.039,45	8.580,79	8.580,79
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.590,00	450,00	450,00
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.- JURID-OP.INTRA-ORC. (ESAF)	150,00	150,00	150,00
	Subtotal	23.565,12	18.966,46	18.966,46

Fonte: SIAFI Gerencial

TOTAL GERAL

62.182,36

57.583,70

57.583,70

a) CAPACITAÇÕES REALIZADAS COM APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

QUADRO VII - Capacitações realizadas com aplicação de recursos

Nome do Evento	Início	Término	Participantes				Nº Processo ou Doc. Origem	Cidade-UF
			PRF	ADM	Outros	Total		
Treinamento em nova ferramenta anti-vírus (Endpoint Protection)	21/03/10	28/03/10	1	0	0	1	OS 10/2010-CGPLAM	Cachoeira Paulista-SP
Mecânico de automóvel – motor a gasolina e a álcool	19/04/10	15/06/10	1	0	0	1	08676.000119/2010-21	Boa Vista-RR
Curso de Multiplicadores para Uso dos Dispositivos de Condução de Energia (<i>taser</i>)	25/04/10	29/04/10	2	0	0	2	Memorando nºs 254 e 260/2010-NUAD/COEN	Brasília-DF
Curso de capacitação em Serviço Operacional disciplinado	16/05/10	22/05/10	2	0	0	2	Memorando nº 297/2010/NUAD/COEN	Aquidauana-MS
VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira.	24/05/10	29/05/10	1	0	0	1	08676000103/2010-19	Belém-PA
Curso avançado de levantamento de local de acidente	30/05/10	13/06/10	1	0	0	1	Memorando 395/2010-NUAD/COEN	Guarulhos-SP
Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor	22/06/10	27/06/10	1	0	0	1	Memorando nº 429/2010/NUAD/COEN.	Gramado-RS
Treinamento de Gestores e Administradores de Frota no Novo Sistema de Abastecimento	21/07/10	24/07/10	1	0	0	1	Memorando nº 513/2010/NUAD/COEN.	Brasília-DF
Curso em SIAPE – Módulo Cadastro	31/07/10	31/07/10	1	0	0	1	Ordem de Serviço nº 001/2010- CGRH	Brasília-DF
Curso de Gestão da Informação Operacional	26/09/10	09/10/10	1	0	0	1	Memorando nº 714/2010/NUAD/COEN.	Fortaleza-CE
Curso de Gestão da Informação Operacional	17/10/10	30/10/10	1	0	0	1	Memorando nº 766/2010 - NUAD/COEN	Fortaleza-CE
XVIII Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime (Instrutor)	28/10/10	19/11/10	1	0	0	1	Memorando nº 805/2010 -NUAD-COEN	Rio de Janeiro-RJ
Curso de Atualização Técnica para Gestores	02/11/10	14/11/10	1	0	0	1	Memorando nº 820/2010/COEN	Aracaju-SE
Curso de Atualização Técnica para Gestores	16/11/10	28/11/10	1	0	0	1	Memorando Circular nº 031/2010-CGRH/DPRF	Aracaju-SE
Curso de Atualização Técnica para Superintendentes e Chefes de Distri-	21/11/10	02/12/10	1	0	0	1	Memorando nº 931/2010-COEN	Rio de Janeiro-RJ

to.								
Curso de Procedimentos Administrativos de Trânsito - PAT	28/11/10	10/12/10	2	0	0	2	Memorando nº 960/2010 - COEN	Guarulhos-SP
		Totais	18	0	0	18		

Fonte: Sistema SCDP

b) CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA REGIONAL SEM APLICAÇÃO DIRETA DE RECURSOS FINANCEIROS.

No quadro abaixo são apresentados os cursos e treinamentos realizados pela regional, sem aplicação direta de recursos financeiros:

QUADRO VIII - Capacitações realizadas sem aplicação de recursos

Nome do Evento	Carga Horária	Início	Término	Participantes				Nº Processo ou Doc. Origem	Observação
				PRF	ADM	Outros	Total		
Módulo II – Armaamento e tiro	24hs	14/07/10	16/07/10	12	0	0	12	08676000148/2010-93	Programa de Atualização Policial
Módulo IV – Atualização em Levantamento de Local de Acidente	8hs	31/08/10	31/08/10	5	0	0	5	08676000727/2009-01	Programa de Atualização Policial
Módulo IV – Revisão do MPO 015	2hs	30/08/10	30/08/10	4	0	0	4	08676000727/2009-01	Programa de Atualização Policial
Módulo IV – Revisão do MPO 015	2hs	31/08/10	31/08/10	7	0	0	7	08676000727/2009-01	Programa de Atualização Policial
Treinamento no Uso da Trena Eletrônica	2hs	30/08/10	30/08/10	4	0	0	4	08676000727/2009-01	Programa de Atualização Policial
Treinamento no Uso da Trena Eletrônica	2hs	31/08/10	31/08/10	12	0	0	12	08676000727/2009-01	
Curso - Elaboração de Planos de Capacitação	32hs	13/09/10	16/09/10	1	0	0	1	Portal SIPEC	Vaga disponibilizada a partir de parceria da ENAP/UFRR
Treinamento em Processo Administrativo Disciplinar	40hs	27/09/10	01/10/10	3	0	0	3	Memo Circular nº 001/2010/NCAI/5ºDR/RR	Realizado pela CGU/PR
Fiscalização de Transporte de Produto Perigoso	40h	04/10/10	08/10/10	2	0	0	2	Doc. Ref. Ofício nº 443/2010-GAB IBAMA	Curso realizado pelo IBAMA

Curso – Controle Social, Licitações, Contratos e Convênios	32h	13/12/10	16/12/10	2	0	0	2	Doc. Ref. Ofício nº 37376/2010/CGU-PR	Curso promovido pela CGU-PR
Curso de Habilitação para Emprego de Espargidor de Pimenta GL 108/E	4h	23/12/10	23/12/10	7	0	0	7	08676000778/2010-68	Programa de Atualização Policial
Totais				59	0	0	59		

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação

Apesar de não haver meta regional atribuída para a ação em comento, a regional realizou a seguinte contribuição para o atingimento da meta nacional, que tem como produto o número de servidores capacitados:

- Quantidade de Participação em Capacitações

2008*	2009	2010
-	44 (quarenta e quatro)	77 (sessenta e sete)

* dados não disponíveis para o ano.

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação NAP/5ºDRPRF/RR.

- Percentual de servidores capacitados**

2008*	2009	2010
-	104%	183%

**índice > 100 indica que um mesmo servidor realizou mais de uma capacitação.

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação NAP/5ºDRPRF/RR.

2.3.2.2. AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ R\$ 30.509,16 (trinta mil, quinhentos e nove reais e dezesseis centavos)** para a aquisição de material de Atendimento Pré-hospitalar (APH) e uso nos Comandos de Saúde Rodoviário.

Os quadros abaixo detalham os valores recebidos e empenhados para cada empresa:

QUADRO IX – Valores empenhados na ND 449052

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
449052	Comlab Partes e Servicos LTDA.	R\$ 3.708,00
449052	Conkast Vendas LTDA.	R\$ 7.111,80
449052	Hosplife Comercio de Equipamentos Hospitalares LTDA EPP.	R\$ 8.967,00
Total Geral		R\$ 19.786,80

QUADRO X – Valores empenhados na ND 339030

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339030	COMLAB PARTES E SERVICOS LTDA	R\$ 5.352,80
339030	CHRISPIM NEDI CARRILHO	R\$ 222,16
339030	ADRIANO JOSE DE MOURA SOUSA ME	R\$ 403,40
339030	ECOPLAST COMERCIAL LTDA – ME	R\$ 986,60
339030	S C & M COMERCIAL DE MATERIAS DE ESCRITORIO E INFORMATI	R\$ 130,00
339030	BIOS MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 55,20
339030	MEDCENTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	R\$ 82,00
339030	STEVIA COMERCIAL LTDA – EPP	R\$ 421,10
339030	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 788,60
339030	CASA DO SOCORRISTA - COMERCIO DE MATERIAIS DE SEGURANC	R\$ 400,00
339030	LAERDAL MEDICAL IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDIC	R\$ 700,00
339030	CIRURGICA KD LTDA – EPP	R\$ 375,60
339030	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA.- ME	R\$ 715,00
339030	DPN DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS NACIONAIS LTDA ME	R\$ 89,90
Total Geral		R\$ 10.722,36

Atividades

QUADRO XI – Atividades de CSR

Evento	Local	Data	Efetivo PRF	Efetivo externo	Total alcançado de Motoristas	Total de testes de alcoolemia
1º CSR	BR 174 – km 512 – UOP Cauamé	14/04/2010	6	22	48	17
2º CSR	BR 174 – km 491 – UOP Água Boa	30/06/2010	8	15	29	37
3º CSR	BR 174 – km 491 – UOP Água Boa	24/11/2010	8	14	43	39

Durante o exercício de 2010, o 5ºDRPRF/RR, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, realizou comandos de saúde preventivos – Comando de Saúde Rodoviários - CSR, com fito em prestar atendimento ambulatorial aos usuários da rodovia, com foco nos motoristas profissionais.

Os eventos foram realizados trimestralmente, de acordo com a programação definida pela Divisão de Saúde (DISAS) do DPRF, em conjunto com a Coordenação Nacional do SEST/SENAT, por força do Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2009 celebrado entre os dois órgãos.

No exercício 2010 foram realizados apenas três Comandos de Saúde Rodoviários, dos quatro inicialmente previstos, em virtude da programação pré-estabelecida para um dos comandos ter conflitado com o período eleitoral, impossibilitando assim a realização do evento, conforme orientação da DISAS.

Os Comandos de Saúde Rodoviários (CSR) representam um conjunto de ações voltadas para a redução dos acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, por meio de atividades conjuntas com o SEST/SENAT. Tais ações visam detectar e alertar motoristas profissionais sobre alterações nos parâmetros de saúde que podem prejudicar ou impedir a condução de veículos automotores, educar e orientar motoristas profissionais quanto a questões relacionadas à saúde e ao trânsito, bem como, obter indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas profissionais.

Tais comandos consistem em uma série de baterias de exames, como aferição de pressão arterial, peso, altura, glicemia e colesterol, aferição de acuidade visual e auditiva, campo visual, distinção de cores, aferição de força manual e cálculo de índice de massa corpórea. Todos esses exames são precedidos de um preenchimento de formulário e breve entrevista, para consulta/entrevista e análise de profissional médico (parte conclusiva da ação local), finalizando assim o circuito ao qual é submetido o examinado – motorista.

Outros dados importantes, coletados durante o evento são referentes ao tabagismo, etilismo, medicamentos impróprios e sonolência diurna, fatores estes de relevância para a análise do perfil do motorista profissional que circula pelas rodovias federais, transportando pessoas e cargas.

Os dados coletados são compilados em relatórios e encaminhados por relatórios à DISAS/DPRF, para fins estatísticos e tomada de ações de cunho educativo e preventivo de acidentalidade nas rodovias e estradas federais de todo o país.

Além das ações de análise e diagnóstico elencadas, foram realizadas, concomitantemente, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, durante os três CSR's, vacinações contra febre amarela, hepatite B, tríplice viral entre outras.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista, foi de extrema importância para a consecução dos eventos, considerando os profissionais da área de saúde como médicos e demais técnicos cedidos pelo órgão.

Outra importante parceria se deu através do DETRAN/RR, fazendo do CSR o mais uma oportunidade de ação educativa de trânsito, com a participação de agentes e colaboradores daquele órgão estadual, na distribuição de material de cunho educativo acerca de temas relacionados à direção e segurança veicular, condutas e atitudes dos motoristas, com foco ainda na temática: alcoolemia.

Ainda na temática alcoolemia inovamos nas ações, de CSR, com a chamada dos condutores à realização do teste de alcoolemia (teste do bafômetro), sendo tal medida essencialmente de cunho educativo para os motoristas profissionais abordados, visto que foram esclarecidos acerca da potencialidade dos riscos da relação álcool-direção.

Como resultado dos CSR tivemos um total de 120 (cento e vinte) motoristas submetidos ao circuito de exames e demais ações/orientações relacionadas, um resultado superior ao esperado e programado para tais ações.

Uma carência apresentada em nível Regional, por parte do 5ºDRPRF/RR é a falta de efetividade do tratamento dos dados correlacionados aos CSR, fragilizando assim o alcance potencial de ações de cunho preventivo e educativo, no âmbito interno.

2.3.2.3. AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldres, algemas, lanternas, capacetes, capas de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes refletivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Principais Resultados:

O Valor recebido do DPRF que foi empenhado pelo 5ºDRRPF/RR para execução da ação foi de **R\$ 154.335,38** (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos). A maior despesa desta ação é de manutenção e abastecimento das viaturas, que representa aproximadamente 76,00% do valor empenhado (**R\$ 117.547,16**), sendo que o gasto com

o abastecimento é bem expressivo (R\$ 39.314,30). Abaixo segue quadro demonstrativo:

Quadro XII – Valores empenhados com manutenção de viaturas

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339030	Manutenção de veículos – Peças	R\$ 22.157,44
339039	Manutenção de veículos – Serviços	R\$ 19.714,94
339030	Manutenção de veículos acidentados– Peças	R\$ 29.968,48
339039	Manutenção de veículos acidentados – Serviços	R\$ 3.576,00
339030	Combustível p/ abastecimento da frota	R\$ 39.314,30
339039	Taxa de Adm. p/ abastecimento da frota	R\$ 2.816,00
Total Geral		R\$ 117.547,16

Fonte: SIAFI Gerencial

Conforme demonstrativo abaixo, destacamos que foi possível adquirir materiais e serviços para atender demandas específicas da atividade-fim, conforme segue:

Quadro XIII – Valores empenhados na ação com aquisições

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339039	Manutenção de etilômetros	R\$ 6.033,00
339030	Pneus	R\$ 6.544,00
339039	Serviço de transporte de veículo - guincho	R\$ 800,00
449052	Trenas Eletrônicas	R\$ 8.250,00
Total Geral		R\$ 21.627,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O valor gasto com diárias atendeu as demandas operacionais de convocações, comandos de fiscalização e outras demandas de cunho operacional, o quadro abaixo agrupa os valores executados por natureza da despesa:

Quadro XIV – Valores empenhados com diárias e passagens na ação

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339014	Diárias	R\$ 13.470,94
339033	Passagens Aéreas	R\$ 1.690,28
Total Geral		R\$ 15.161,22

Fonte: SIAFI Gerencial

Metas Regionais:

Nesta ação, o DPRF, a partir do segundo semestre de 2009, estabeleceu mediante Portaria da Direção Geral, (Portaria/DG nº 30, de 30.06.2009), Indicadores de Desempenho no âmbito do Departamento, para as Unidades Regionais.

Tais indicadores referem-se à Percepção de Segurança, Taxa de Variação de Acidentes, Taxa de Mortalidade e Procedimentos de Fiscalização. Sendo os três primeiros constantes do Programa 0663, PPA 2008-2011 (Lei 11.653/2008), e o último indicador foi específico da ação 2723.

O indicador Percepção de Segurança é aferido por pesquisa quantitativa, com usuários das rodovias federais, estratificadas por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

O indicador Taxa de Variação de Acidentes é aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo como meta, atualizada para o exercício 2010, o constante no Quadro XV, abaixo.

O indicador Taxa de Mortalidade é aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional, relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo como meta, atualizada para o exercício 2010, o constante no Quadro XV.

Já o indicador Procedimentos de Fiscalização, instituído pelo DPRF, consiste no somatório, ao longo do exercício, relativos ao total de veículos fiscalizados (V.F.), pessoas fiscalizadas (P.F.) e testes de alcoolemia (T.A.) realizados, sendo a meta estabelecida, a constante do Quadro XV.

Quadro XV – Indicadores para as atividades de policiamento ostensivo

Indicador	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Atingimento	Meta 2011
Taxa de Variação de Acidentes	Acidentes/1.000.000 de veículos	5,20	3,52	147,73%	2,97
Taxa de Mortalidade	Nº Mortos/ 1.000.000 de veículos	0,28	0,51	55%	0,52
Percepção de Segurança	Pesquisa por amostragem	76%	-	-	80%
Procedimentos de Fiscalização	V.F. + P.F. + T.A.	27.145	31.611	116%	27.943
Referências	Indicadores relativos ao exercício 2010 – Portaria/DG/DPRF nº 010, de 03.02.2010				
	Indicadores relativos ao exercício 2011 – Portaria/DG/DPRF nº 04, de 12.01.2011				

Fonte: NPF

Taxa de Variação de acidentes

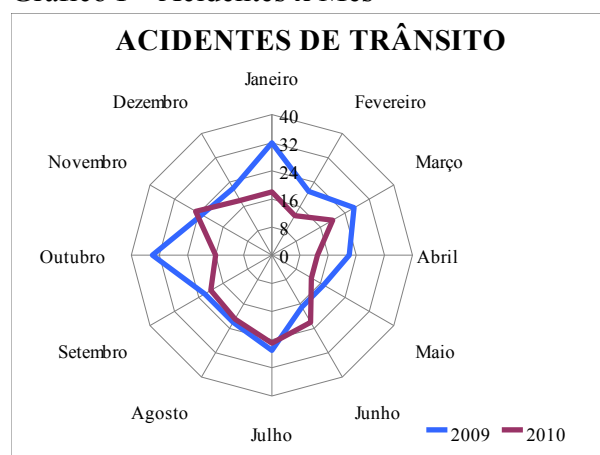
No âmbito desta Unidade Jurisdicionada, no exercício 2010, de acordo com o Quadro XV, esta Regional atingiu a meta pré-estabelecida pelo DPRF em 147,73%.

Apresentamos o demonstrativo de acidentes registrados, conforme quadros e gráficos a seguir, cujos resultados foram extremamente positivos tanto na redução de acidentes, como do números de feridos.

QUADRO XVI – Comparativo de Acidentes

Quant Acidentes	2009	2010
Janeiro	32	18
Fevereiro	21	13
Março	27	20
Abril	22	13
Maio	17	13
Junho	17	22
Julho	27	25
Agosto	22	21
Setembro	22	20
Outubro	34	16
Novembro	23	25
Dezembro	22	18
Total	286	224

Gráfico I – Acidentes x Mês



Fonte: SIGER

Como podemos observar no quadro acima, no ano de 2010, a PRF em Roraima atendeu a 224 (duzentos e vinte e quatro) ocorrências de acidentes, registradas nas rodovias BR 174, BR 210, BR 401 e BR 432, havendo, portanto, uma redução de 21,68%, comparando aos números registrados no ano de 2009, que totalizou 286 (duzentas e oitenta e seis) ocorrências de atendimento de acidentes.

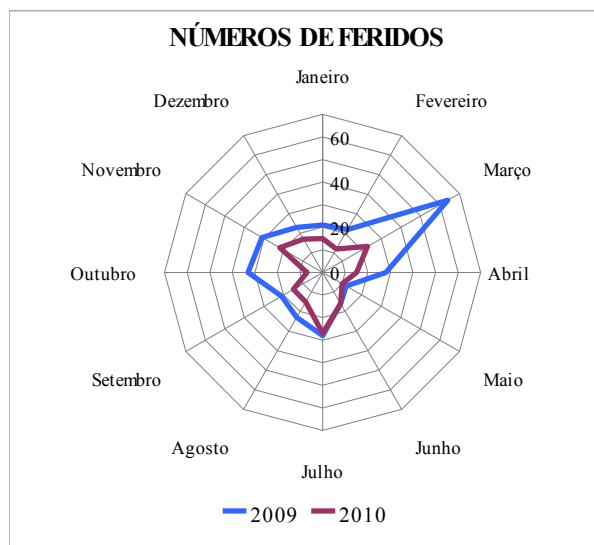
De forma complementar, analisamos a seguir os dados referentes ao número de feridos, decorrentes destes acidentes.

QUADRO XVII – Quantidade de Feridos

FERIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	2009	2010
Janeiro	21	15
Fevereiro	22	12
Março	64	23
Abril	28	15
Maió	12	10
Junho	16	16
Julho	28	27
Agosto	23	15
Setembro	21	15
Outubro	33	7
Novembro	31	22
Dezembro	23	17
Total	322	194

Fonte: SIGER

Gráfico II – Nº feridos x Mês



Verifica-se então uma diminuição de 39,75% relativo aos números de feridos, considerando que tivemos um total de 194 (cento e noventa e quatro) vítimas em 2010, e em 2009 havendo o registro de 322 (trezentas e vinte e duas) pessoas feridas.

Taxa de Mortalidade

Relativo ao indicador Taxa de Mortalidade, pelo Quadro XV, verificamos que a Regional Roraima não atingiu a meta pré-estabelecida, que era de 0,28 mortos para cada 1.000.000 de veículos da frota nacional, uma vez que o índice registrado como meta realizada foi de 0,51 mortos, o que, de forma inversamente proporcional, representa o atingimento em apenas 55% do que fora estabelecido.

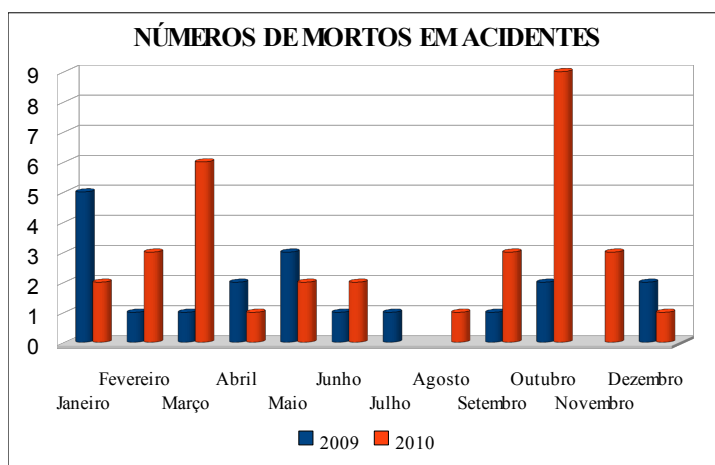
No entanto, alguns fatores justificam esses números, os quais deram-se em virtude, principalmente, de ocorrências pontuais nos meses de março e outubro de 2010, como analisaremos a seguir com respectivos dados e gráficos.

QUADRO XVIII – Nº mortos/mês

MORTOS	2009	2010
Janeiro	5	2
Fevereiro	1	3
Março	1	6
Abril	2	1
Maió	3	2
Junho	1	2
Julho	1	0
Agosto	0	1
Setembro	1	3
Outubro	2	9
Novembro	0	3
Dezembro	2	1
Total	19	33

Fonte: SIGER

Gráfico III – Nº Mortos x Mês



Tivemos um aumento de 73,68% no número de vítimas fatais em 2010, relativo ao exercício 2009. No entanto, apenas em março registramos 04 (quatro) vítimas fatais, fruto de apenas 01 (um) acidente. Em outubro houve outro trágico acidente, fruto da colisão frontal entre dois veículos, resultando em 08 (oito) mortes instantâneas. Registre-se que estes dois acidentes ocorreram a grandes distâncias do trecho efetivamente policiado, representando 36,36% do total de vítimas fatais no ano de 2010, contribuindo sobremaneira para o não atingimento da meta pré-estabelecida.

Outro fator contribuinte para o aumento na incidência de óbitos foi a melhora da malha viária regional, o que possibilita o desenvolvimento de altas velocidades. Tal fator, por si só, implica em acidentes de graves consequências.

Em razão das limitações da PRF no estado de Roraima, quais sejam, o baixo efetivo, a extensão da malha viária, distância do posto PRF ao interior, a única área efetivamente policiada de forma preventiva abrange o perímetro urbano da capital. Já o interior do estado só é atendido pela PRF de forma reativa, ou seja, apenas em ocorrência mais graves, ainda assim, quando possível.

Percepção de Segurança

Esta Regional não registrou dados quanto ao indicador Percepção de Segurança, visto que não foi possível operacionalizar a pesquisa respectiva, em virtude da insuficiência de efetivo administrativo capacitado para tal mister no âmbito do NPF; e, em face ainda da necessidade de priorização da implementação de controle da efetividade das ações desenvolvidas pelo efetivo operacional desta Regional, por parte da gestão do referido Núcleo.

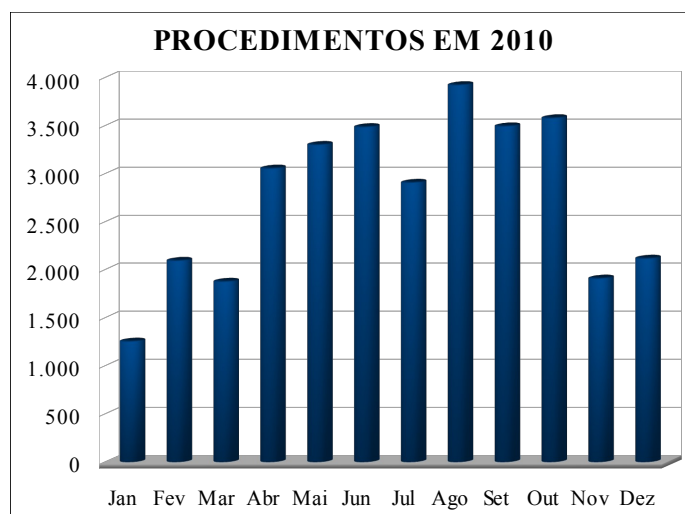
Procedimentos de Fiscalização

Partiremos a seguir para a análise dos Procedimentos de Fiscalização (somatório de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia).

QUADRO XIX – Procedimento x Mês

TOTAL DE PROCEDIMENTOS EM 2010				
MÊS	VF	PF	TESTES	TOTAL
Jan	537	692	21	1.250
Fev	871	1.160	59	2.090
Mar	772	1.027	73	1.872
Abr	1.074	1.772	204	3.050
Mai	1.175	1.915	206	3.296
Jun	1.220	1.940	321	3.481
Jul	998	1.582	322	2.902
Ago	1.469	2.213	236	3.918
Set	1.236	1.912	341	3.489
Out	1.270	1.879	425	3.574
Nov	709	928	268	1.905
Dez	832	1.109	172	2.113
TOTAL	12.163	18.129	2.648	32.940

GRÁFICO IV – Procedimentos x Mês



Fonte: NPF

A meta estipulada para a Regional no exercício 2010 foi de 27.145 (vinte e sete mil cento e quarenta e cinco) procedimentos de fiscalização. Como podemos observar no quadro acima, realizamos 32.940 (trinta e dois mil novecentos e quarenta) procedimentos, o que equivale a uma superação em 21 % da meta estipulada.

Comparando o desempenho da Regional, relativo ao segundo semestre de 2009, quando da normatização de tal índice, verificamos, além do atingimento percentual da meta, o crescimento dos procedimentos em números absolutos, como exposto abaixo:

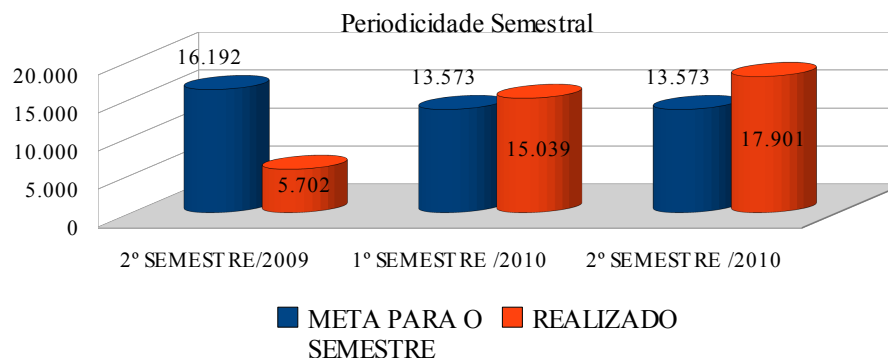
QUADRO XX – Comparativo de Procedimento

SEMESTRE	PROCEDIMENTOS		
	META PARA O SEMESTRE	REALIZADO	% REALIZADO
2º SEMESTRE/2009	16.192	5.702	35,21%
1º SEMESTRE /2010	13.573	15.039	110,80%
2º SEMESTRE /2010	13.573	17.901	131,89%

Fonte: NPF

GRÁFICO V – Procedimentos x Meta (2009-2010)

PROCEDIMENTOS REALIZADOS X META ESTABELECIDA



Atividades Operacionais:

QUADRO XXI - Operações Nacionais (feriados prolongados)

Procedimentos/Ocorrências	Operações Nacionais								
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total
Acidentes									
sem vítimas	1	1	1	3	2	0	1	3	12
com feridos	2	4	1	2	1	3	1	1	15
com mortos	0	0	2	1	0	1	0	0	4
Total de acidentes	3	5	4	6	3	4	2	4	31
feridos	2	7	2	3	2	5	1	9	31
mortos	0	0	2	1	0	1	0	0	4
Total de vítimas	2	7	4	4	2	6	1	9	35
Fiscalizações									
autuações	103	100	89	223	145	139	78	72	949
CNH recolhida	5	16	7	12	14	10	3	6	73
CRLV retidos	32	15	16	30	47	24	9	12	185
veículos retidos	0	2	4	1	0	3	1	3	14
veículo fiscalizados	265	174	223	313	279	314	129	388	2.085
pessoas fiscalizadas	323	257	371	448	398	427	160	499	2.883
auxílio a usuário	3	0	2	2	0	0	1	2	10
Alcoolemia									
testes de etilômetro	20	41	82	178	100	156	31	81	689
autuações por embriaguez	3	14	2	18	5	14	0	4	60
prisões por embriaguez	2	11	1	14	2	10	0	3	43

Fonte: NPF

Os feriados prolongados são conhecidos em todo o país por períodos de intensa apreensão nas estradas federais. Tal fato se dá justamente pela previsão de aumento de fluxo de veículos, considerando que as pessoas tendem a viajar nos “feriadões” longe da rotina e estresse urbanos.

Em Roraima, apesar dos números serem tímidos frente aos grandes centros urbanos nacionais, a PRF não poderia ficar inerte a estas movimentações, que implicam em potencialidade de aumento de ocorrências de acidentes, por conseguinte, fazendo-se necessária a intervenção de forma específica e planejada, com fito a reduzir essa potencialidade de danos às pessoas que utilizam as rodovias.

Desta forma, as Operações Nacionais, eventos enumerados de 1ª a 8ª, conforme quadro XXI, implicaram em resultados altamente positivos, considerando o baixo índice de acidentes, feridos e de vítimas fatais nesses períodos, fruto da intervenção e intensificação da fiscalização a veículos e pessoas, com ênfase na fiscalização de alcoolemia, evitando-se assim, com a retirada de circulação de motoristas sob efeito de álcool, potenciais acidentes de consequências gravíssimas, como se registram em acidentes que tem como causa presumível a embriaguez ao volante, os quais, quase sempre, ceifam vidas de pessoas inocentes.

Estes números positivos só foram de possível alcance em virtude do esforço operacional concentrado, quando do emprego de reforço da atividade de policiamento, com o efetivo policial deslocado da atividade meio para a atividade fim, além de convocações extras de serviço, estas por parte daqueles servidores policiais que já desempenham diuturnamente as ações de fiscalização, sob regime de revezamento. Ações estas com devido acompanhamento gerencial.

Como podemos extrair do quadro XXI, o número de condutores submetidos a teste de alcoolemia (etilômetro), 689 (seiscentos e oitenta e nove), corresponderam a 33,05% dos condutores abordados, que foram 2.085 (dois mil e oitenta e cinco). E ainda, que 8,71% dos testes realizados acusaram teor de álcool positivo. Ou seja, os números comprovam a necessidade de efetividade desse tipo de fiscalização, considerando os riscos inerentes a esse tipo de conduta irregular por parte dos condutores de veículos.

Quando registramos 60 (sessenta) autuações de condutores por embriaguez ao volante, não nos intimidamos em afirmar que foram 60 (sessenta) potenciais acidentes de trânsito evitados, visto que uma vez autuado, o condutor do veículo é obrigatoriamente retirado de circulação, ficando impedido de conduzir a partir daquele momento de flagrância.

Outro dado digno de menção é com relação ao número de pessoas presas por embriaguez ao volante durante as operações de feriados nacionais. Nesses 08 (oito) feriados, as 43 (quarenta e três) prisões por embriaguez representaram 33,08% das prisões por crime de trânsito realizadas ao longo de todo o ano de 2010. Isto implica dizer que a efetividade e eficiência das ações de prevenção têm números expressivos quando do aumento de policiais nas atividades de policiamento, o que só é possível em decorrência de convocações extras e reforços específicos, em face do nosso diminuto efetivo existente na Unidade.

Nas atividades de policiamento ostensivo se buscou aumentar o número de veículos e pessoas fiscalizadas, com adequações de escalas de serviço e, eventualmente, com reforço operacional de regionais distintas, além das operações específicas, de forma a proporcionar o consequente aumento da sensação de segurança dos usuários das rodovias e estradas federais no Estado de Roraima.

Outro pressuposto foi a intensificação da fiscalização de condutores, com vistas à redução de danos pessoais e materiais, inibindo a relação álcool X direção, a falta do uso do cinto de segurança (inclusive no banco traseiro) e do capacete em motociclistas, ultrapassagens indevidas, a falta de respeito às regras de circulação e conduta contidas no CTB, a direção de pessoas inabilitadas, o tráfego de veículos, que por sua condição de conservação, ponham em risco a segurança do trânsito.

Foram efetivadas ações repressivas acerca de crimes ambientais, típicos na região, ao trânsito de pessoas com mandados de prisão em aberto e aquelas que se deslocam de outros estados para a prática de ações criminosas, ao combate ao tráfico de entorpecentes, ao porte ilegal de armas, aos crimes contra crianças e adolescentes, aos crimes fronteiriços, entre outros.

QUADRO XXII - Resumo das ações específicas desempenhadas

Atividades de Policiamento Ostensivo					
Atividade	Ord.	Evento	Início	Término	Local
Operações Nacionais	1ª	Operação Carnaval	12/02/10	17/02/10	Boa Vista
	2ª	Operação Semana Santa	31/03/10	04/04/10	Boa Vista
	3ª	Operação Corpus Christi	03/06/10	06/06/10	Boa Vista
	4ª	Operação Sete de Setembro	03/09/10	07/09/10	Boa Vista
	5ª	Operação N. S. Aparecida	08/10/10	12/10/10	Boa Vista
	6ª	Operação Finados	29/10/10	03/11/10	Boa Vista
	7ª	Operação Proclamação da República	12/11/10	15/11/10	Boa Vista
	8ª	Operação Fim de Ano	17/12/10	31/12/10	Boa Vista
Feriados e Eventos Regionais		Operação Micaraima (*)	05/03/10	07/03/10	Pacaraima
		Operação Maturuca (visita do Exmo. Senhor Presidente da República ao Estado de Roraima (*))	18/04/10	19/04/10	Pacaraima
		Operação Cupuaçu – apoio ao 3º DRPRF/AM (*)	27/05/10	31/05/10	Manaus/AM
Comandos Temáticos		Comando Transporte de Passageiros e de Cargas – convênio ANTT (*)	24/05/10	28/05/10	Boa Vista e Bonfim
		Operação Nacional de Transporte de Passageiros	14/09/10	18/09/10	Boa Vista
Eventos específicos		Jogos da Copa do Mundo de 2010	25/06/10	25/06/10	Boa Vista
		Operação Eleições 2010 – 1º turno	03/10/10	03/10/10	Boa Vista
		Operação Eleições 2010 – 2º turno	30/10/10	31/10/10	Boa Vista
Ações conjuntas com outros Órgãos		Operação Anjos da Guarda – Realizar ações de combate à criminalidade na região metropolitana, com foco ao enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como na proteção a menores em situação de risco, realizada em conjunto com o Juizado da Infância e da Juventude	21/04/10	21/04/10	Boa Vista
		Apoio ao Juizado da Infância e da juventude no enfrentamento a situações de exposição de	31/07/10	31/07/10	Boa Vista

	crianças e adolescentes a situação de risco			
	Reprimir a circulação de veículos transportadores de madeira de forma irregular, com base na legislação ambiental e de trânsito, em conjunto com o IBAMA (**)	17/11/10	19/11/10	Rorainópolis
	Operação Curare – Apoio ao EB em combate à criminalidade na faixa de fronteira com a Venezuela (*)	22/06/10	25/06/10	Pacaraima
	Apoio ao DNIT para Notificar edificações irregulares na faixa de domínio da União	01/01/10	31/12/10	Boa vista e interior do Estado
Eventos específicos de combate ao crime	Reprimir a circulação de veículos roubados/furtados ou com mandado de busca e apreensão no Sul do Estado (*)	10/11/10	11/11/10	Rorainópolis
	Reprimir a circulação de veículos roubados/furtados ou com mandado de busca e apreensão no Sul do Estado (*)	07/12/10	07/12/10	Rorainópolis
	Reprimir os crimes de contrabando, descaminho, tráfico de entorpecentes, de armas/munições e de pessoas (*)	20/12/10	23/12/10	Pacaraima e Bonfím
Observação (*)	Evento com emprego de diárias operacionais do DPRF			
Observação (**)	Evento com emprego de diárias operacionais do IBAMA			

Fonte: SCDP e NPF

Dados Operacionais Diversos

No exercício 2010 esta Regional buscou a superação dos números operacionais em todas suas vertentes. Nas ações desempenhadas, focamos a proteção à vida, por meio das ações rotineiras de fiscalização, das ações específicas de combate ao crime e das fiscalizações diversas, as quais resultaram em ações de intervenção administrativa (autuações e medidas previstas na legislação de trânsito e correlatas), bem como em detenções de pessoas por delitos diversos.

QUADRO XXIII – Dados operacionais

DADOS OPERACIONAIS		2009	2010	DIFERENÇA (%)
FISCALIZAÇÕES	autuações	4.375	4.887	11,70%
	CNHs recolhidas	200	251	25,50%
	documentos retidos	702	891	26,92%
	veículos retidos	166	112	-32,53%
	animais recolhidos	1	1	0,00%
	auxílio usuário	272	77	-71,69%
	escolta/batedor	4	3	-25,00%
APRENSÕES DE DROGAS	cocaína (g)	550	0	-100,00%
	merla (g)	150	0	-100,00%
	maconha (g)	50	0	-100,00%
	total de ocorrências	3	0	-100,00%
APRENSÕES CONTRABANDO / DESCAMINHO	cd/vhs/dvd (unid.)	0	470	100,00%
	combustíveis (l)	15.716	2.331	-85,17%
	equip. informática (unid.)	215	0	-100,00%
	eletrônicos (unid.)	92	0	-100,00%
	Outras (Unid)	197.299	28.557	-85,53%
	Diversos (g)	2.035.785	810.000	-60,21%
	total de ocorrências	575	22	-96,17%
ARMAS	revólver	0	1	100,00%
	espingarda	4	0	-100,00%
	total armas de fogo	4	1	-75,00%
	outras armas	1	0	-100,00%
	total geral de armas	5	1	-80,00%
	total de ocorrências	4	1	-75,00%
MUNIÇÕES	22/32	60	29	-51,67%
	38	0	1	100,00%
	762/308	1	0	-100,00%
	outras	42	2	-95,24%
	total de munições apreendidas	103	32	-68,93%
	total de ocorrências	4	2	-50,00%
OCORRÊNCIAS AS MEIO-AMBIENTE	animais silvestres (unid.)	2	2	0,00%
	carvão (m³)	6	0	-100,00%
	madeira (m³)	19,70	21	6,60%
	total de ocorrências	9	6	-33,33%
DETENÇÕES	estrangeiros	43	9	-79,07%
	mandado	4	8	100,00%
	tráfico de entorpecentes	3	0	-100,00%
	roubo/furto veículos	3	8	166,67%
	contrabando/descaminho	14	11	-21,43%
	crimes de trânsito	83	130	56,63%
	crimes ambientais	14	5	-64,29%
	outros	20	40	100,00%
	total de detidos	184	211	14,67%

DADOS OPERACIONAIS		2009	2010	DIFERENÇA (%)
CRIMES DIVERSOS	crimes c/ a vida e patrimônio	1	4	300,00%
	veículos recuperados	5	10	100,00%
	crimes diversos	26	22	-15,38%
	crimes de trânsito	74	98	32,43%
	total de ocorrências	92	125	35,87%
CRIANÇA / ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES	criança	0	6	100,00%
	adolescente	2	22	1.000,00%
	total de menores	2	28	1.300,00%
	total ocorrências crime c/ menores	2	7	250,00%
	total de pessoas envolvidas	4	32	700,00%
	total de pessoas detidas	3	16	433,33%
CRIANÇA / ADOLESCENTE INFRATOR	criança encaminhada	0	2	100,00%
	adolescente apreendido	3	6	100,00%
	total de menores infratores	3	8	166,67%
	total ocorrências de infração prat. p/ menores	2	3	50,00%
	total de pessoas envolvidas	3	6	100,00%
	total de pessoas detidas	3	3	0,00%

Nos quadros demonstrativos de Dados Operacionais, verificamos que a Regional interveio de forma mais efetiva nas ocorrências-crime, fruto de planejamento operacional direcionado e de ações conjuntas com outros órgãos, tais como Juizado da Infância e da Juventude da Capital, IBAMA, Exército Brasileiro, Receita Federal.

Podemos extrair também que esta Regional teve um aumento de 11,70% no número geral de autuações, isso compreendendo infrações de trânsito diversas, infrações por transporte interestadual de passageiros e de cargas de forma irregular e por transporte irregular de produtos perigosos.

Verificamos ainda um aumento de 25,50% no número de carteiras nacional de habilitação (CNH) apreendidas, o que implica, na retirada de circulação de 251 (duzentos e cinquenta e um) condutores em situação irregular, enquanto em 2009 o número registrado foi 200 (duzentos).

Outro ponto que merece destaque é o número absoluto de prisões, que passou de 184 (cento e oitenta e quatro) em 2009 para 211 (duzentos e onze) em 2010, representando um aumento de 14,67%. Dentre os motivos dessas prisões, destacamos: cumprimento de mandados de prisão em aberto, que passou de 4 para 8, aumento de 100%; roubo ou furto de veículos, que passou de 3 para 8, representando um aumento de 166,67% e, ainda, crimes de trânsito, que passou de 83 para 130 detenções, um aumento de 56,63%.

Por fim, evidenciamos maior intervenção em ocorrências envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco, que passou de 2 (duas) em 2009 para 7 (sete) em 2010, aumento de 250%. Nas ocorrências de 2010 foram detidas 16 (dezesesseis) pessoas, contra 3 (três) em 2009, havendo assim um aumento de 433,33% no número de detenções; foram também

encaminhadas 6 (seis) crianças e 22 (vinte e dois) adolescentes em 2010, contra 2 (dois) adolescentes e nenhuma criança em 2009.

Entretanto, não obtivemos êxito em 2010 relativo a apreensões de entorpecentes de maneira geral, visto que para consecução de tal ação policial de forma eficiente e eficaz faz-se necessário um trabalho com apoio da atividade de inteligência e de cinotecnia, o que não dispomos nesta Regional Roraima, em face do diminuto efetivo existente, bem como de pessoal capacitado no que se refere à cinotecnia e demais meios proeminentes.

Outro dado a ser avaliado é com relação à diminuição no número absoluto de apreensões administrativas de produtos estrangeiros com entrada irregular no Brasil, principalmente pela fronteira com a Venezuela. Em 2009 foram 575 ocorrências relativas a contrabando/descaminho, enquanto que em 2010 registramos 22. No entanto, importante ressaltarmos a proporção entre o número de ocorrências e pessoas detidas. Enquanto em 2009 houve 01 preso por 41 ocorrências, em 2010 essa proporção foi de 1 para 2.

AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Considerando que o 5ºDRPRF/RR não possui servidor designado para exercer as atribuições de agente de inteligência, não foram executados recursos além dos mostrados no quadro XXIV.

QUADRO – XXIV – Recursos empenhados com investimentos na ação

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
449052	MERCANTIL LICITACAO LTDA	R\$ 1.061,90
449052	ELETRONICA GORZA LTDA EPP	R\$ 427,60
Total Geral		R\$ 1.489,50

2.3.2.4. AÇÃO 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o
-------------------	---

	índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

A equipe que em 2010 integrou a Comissão Regional de Educação para o Trânsito de Roraima (CRET) (conforme Portaria nº 046, de 05 de maio de 2010, publicada nos moldes da minuta constante no Memorando Nº 439/DITRAN/DPRF) empregou os servidores abaixo listados:

- Presidente: Paulo José Gomes Filho, matrícula SIAPE nº 1541833;
- Assistente Pedagógico: Claudio Nemezio da Silva Junior, matrícula SIAPE nº 1541141;
- Assistente Administrativo: Cláudio de Gouvêa Vieira Filho, matrícula SIAPE nº 1542622.

Em 2010, as restrições de pessoal da Unidade impediram uma maior ação dos integrantes da CRET/RR, que não puderam dedicar-se exclusivamente às ações de educação para o trânsito, desempenhando cumulativamente outros encargos.

Tal restrição e a insuficiência de recursos para as despesas de deslocamento e diárias, necessárias para atendimento ao interior do estado de Roraima (que conta com uma malha viária de cerca de 1.942 Km e 15 municípios), fez com que a CRET/RR atuasse exclusivamente no município de Boa Vista.

Os trabalhos permaneceram voltados para palestras e *blitzen* educativas, estas últimas realizadas em conjunto com outros órgãos locais ligados à segurança no trânsito.

Destacamos as orientações e intervenções executadas pelos policiais em serviço, sempre visando a inibição de ocorrência de acidentes. Neste ínterim, observamos uma mudança na atuação do efetivo, pois as ações repressivas passaram rotineiramente a conviver com as ações educativas, agregando mais uma rotina ao serviço prestado pelos Policiais Rodoviários Federais.

A CRET/RR também participou dos Comandos de Saúde nas Rodovias, esclarecendo a população e dando orientações sobre os cuidados com a segurança no trânsito.

O incremento do efetivo regional continua sendo a necessidade principal para alavancar os trabalhos da CRET/RR, visto que os membros respectivos são incumbidos de diversas outras missões e encargos. Estes fatores, aliados aos materiais adquiridos e à liberação de disponibilidade orçamentária necessária para implementar novos projetos, certamente permitiriam um rol de ações de maior alcance social.

Tais projetos, prioritariamente, continuarão pautando-se no fator humano (que em conjunto com a via e o veículo, constituem-se os elementos básicos para o trânsito seguro), uma vez que, historicamente, a imprudência tem sido a maior causa dos acidentes de trânsito.

Quanto ao aspecto material, conseguimos adquirir kits educativos (*folders*, painéis ilustrativos educativos, *banners* educativos e jogos Trilha Educativa), através da participação da regional no Pregão Eletrônico SRP nº 24/2010 – 2ªSRPRF/MT. Parte destes itens trata-se de material permanente, o qual estará disponível para as ações que realizar-se-ão em exercícios

futuros.

QUADRO XXV – Recursos empenhados na ação

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339030	DESIGNER GRAFICA LTDA ME	R\$ 700,00
339030	SUPER IMAGEM DIGITAL LTDA - ME	R\$ 2.360,00
339030	ESQUINA PUBLICIDADE E DESIGN LTDA	R\$ 349,33
Total Geral		R\$ 3.409,33

Fonte: SIAFI Gerencial

2.3.2.5. AÇÃO 2000 - Administração da Unidade

Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela UJ para execução da ação foi de **R\$ R\$ 519.570,15** (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e setenta reais e quinze centavos), os quais foram empenhados conforme quadro XXVI.

Destaca-se o valor de **R\$ 258.546,08** (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oito centavos para o pagamento dos contratos para prestação dos serviços terceirizados (limpeza e vigilância) e o valor de **R\$ 94.947,89** (noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos) para o pagamento dos demais serviços prestados.

QUADRO XXVI – Recursos empenhados na ação (Serviços)

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339037	UNION SECURITY SERVICOS DE SEGURANCA E	R\$ 215.190,70

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
	TRANSPORTE DE VA	
339037	BOA VISTA SERVICOS GERAIS LTDA ME	R\$ 43.355,38
	Outros Serviços (EBC – IN – BV Energia – CAER – Correios – Detran..)	R\$ 94.947,89
Total Geral		R\$ 353.493,97

Fonte: SIAFI Gerencial

Em complemento aos valores desta ação, foi utilizada a quantia de **R\$ 165.484,40**, principalmente, para o pagamento de diárias e passagens aéreas por demandas da UJ Plano Interno 1403S (PI) ou demandas da UJ Central (demais PIs), sendo estas diferenciais pelo Plano Interno, além de outras despesas, conforme segue:

QUADRO XXVII – Demais recursos empenhados na ação

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339014	Diárias	R\$ 32.533,19
339033	Passagens	R\$ 29.160,57
449052	Aquisição de material permanente	R\$ 83.348,60
449051	Adequação das salas do Edifício Sede do 5ºDRPRF/RR	R\$ 5.048,33
339030	Material de consumo	R\$ 15.393,71
Total Geral		R\$ 165.484,40

Fonte: SIAFI Gerencial

O valor restante **R\$ 591,78**, foi utilizado para o pagamento de despesas de exercícios anteriores.

Esta ação representa o maior volume de gastos da Unidade. Fornece os meios necessários para que a PRF desenvolva plenamente sua atividade-fim na consecução de seus objetivos e, também, atenda às demanda da atividade-meio. Embora representem o maior volume de recursos executados, sua manutenção é condição indispensável para o salutar desenvolvimento das atividades fim e meio desta Unidade. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

- * Água encanada e tratamento de esgoto
- * Energia Elétrica
- * Material de consumo
- * Locação de mão-de-obra
- * Imprensa nacional
- * Concessão de bolsa de estágio
- * Diárias administrativas
- * Licenciamento da frota de veículos
- * Publicidade legal
- * Terceirização

Para a realização de despesas com deslocamentos, ou seja, despesas com diárias e/ou passagens, o DPRF estabeleceu limites de valores para esta UJ, não sendo possível pactuar metas para estas despesas uma vez que ocorrem em função das demandas que se apresentam no decorrer do exercício. As despesas desta ação atenderam às convocações feitas pelo DPRF, no exercício sob exame, bem como atenderam às demandas originadas nesta Unidade.

O contrato destinado à concessão de bolsa de estágio para alunos regularmente matriculados na rede de ensino, firmado entre este 5ºDRPRF/RR e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. O número de vagas de estágio desta Unidade esteve limitada a 06(seis), sendo 05(cinco) para nível médio e 01(uma) para nível superior.

No exercício sob exame foram realizados procedimentos licitatórios para a contratação dos serviços terceirizado de vigilância para adequação à regulamentação trazida pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2009 e pelo TCU, através de Representação da Unidade Técnica – TC nº 013.016/2010-1, que tratou sobre possíveis irregularidades na contratação do serviço de vigilância armada. Diante dos fatos trazidos a luz pela citada Representação, esta UJ buscou a parceria com os demais órgãos da administração direta no estado de Roraima para a realização de um único pregão – Sistema de Registro de Preços (SRP), que contemple a participação de todos os referidos órgãos. Neste caso, como todas as demandas estariam concentradas em um único procedimento, o valor da licitação se elevaria consideravelmente, se compararmos como o valor contrato por cada órgão, o que certamente servirá de atrativo para que empresas sediadas em outras Unidades da Federação participem do respectivo certame, privilegiando a economia de escala.

Os reflexos da **carência de efetivo** não são privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços terceirizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, dentro das limitações de efetivo, atendemos as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores deste 5ºDRPRF/RR.

2.3.2.6. AÇÃO 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Com o valor disponibilizado e empenhado foi possível adquirir 03 (três) veículos caracterizados, conforme relação abaixo:

QUADRO XXVIII – Recursos empenhados com aquisição de viaturas

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
449052	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL S.A- AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA MITSUBISH PAJERO	R\$ 114.000,00
449052	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS GM BLAZER	R\$ 174.000,00
Total Geral		R\$ 288.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.3.2.7. AÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária

Federal.

Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

As fortes chuvas ocorridas no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2010, fizeram com que fossem agravados os problemas da cobertura (telhas e madeiramento) da UOP do Cauamé, desta forma, fez-se necessário a realização de reforma paliativa (devido à possibilidade de substituição da referida UOP não foram feitos maiores investimentos).

Os recursos empregados nesta ação objetivaram a prestação de um melhor atendimento aos usuários da rodovia e dos policiais que trabalham na UOP do Cauamé.

Ressalte-se que em apenas 16 horas, choveu na Capital 127,2 milímetros, o esperado para 45 dias de chuvas. Segundo o Departamento de Meteorologia do Ministério da Agricultura em Roraima, este foi o maior volume de chuva registrado nos últimos 38 anos.

Registre-se que à época a Prefeitura Municipal de Boa Vista decretou situação de emergência através do seu Decreto Nº. 087/E.

Além do serviço relativo ao telhado fez-se necessário o reparo do alambrado que foi danificado, provavelmente, pela ação de marginais que invadiram o pátio interno do posto visando subtrair veículos retidos.

O serviço de poda das árvores foi necessário para evitar danos à nova cobertura instalada, como também ao transformador de energia que encontra-se instalado sob os galhos da mangueira em frente ao posto.

O quadro abaixo detalha os recursos totais empregado nesta ação:

QUADRO XXIX – Recursos empenhados com manutenção predial

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339039	Manutenção Predial – UOP Cauamé	R\$ 9.461,25
339039	Reparo Emergencial – UOP Cauamé	R\$ 3.964,90

ND	Descrição	Valor Total
Total Geral		R\$ 13.426,15

Fonte: SIAFI Gerencial

2.3.2.8. AÇÃO 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

No exercício de 2010, nesta ação, no que diz respeito a serviços, a unidade contratou serviço de telefonia fixa (local e longa distância), telefonia móvel e transmissão de dados através de celular para o sistema de fiscalização de veículos através de dispositivos móveis (Sistemas Móveis DPRF).

Tais serviços são indispensáveis ao desempenho das diversas atividades administrativas (telefonia local e longa distância) e finalísticas (transmissão de dados) do DPRF.

Ainda na área de telefonia, foram adquiridas atualizações para a central telefônica digital do órgão, de modo a torná-la mais robusta e menos suscetível a falhas elétricas (*no break*) ou de *hardware* (*gateway* ISDN). Aparelhos telefônicos digitais também foram adquiridos de modo a melhorar e ampliar o parque atual.

Os investimentos realizados nesse sistema de telefonia digital trouxeram como benefício o controle da sua utilização, identificando quem faz a ligação e quanto tempo ela durou. Esse controle provocou uma economia nos gastos de telefonia da unidade.

Além disso, foi adquirido um sistema moderno de enlaces (*links*) de rede sem fio destinado a fornecer aos postos de fiscalização conexão de qualidade à rede de computadores corporativa (intranet) do DPRF, através da qual os servidores policiais rodoviários federais podem realizar consultas aos sistemas de informação policial.

Essa aquisição incluiu também garantia estendida aos seus equipamentos e treinamento para a configuração dos sistemas aos servidores da área técnica relacionada.

Uma compra de equipamentos de proteção elétrica (*no breaks*) foi realizada para estender a proteção a um número maior de computadores do órgão.

Finalmente, adquiriu-se um par de impressoras multifuncionais e seus *tonners*, que

atenderam à demanda de digitalização de arquivos, surgida com a informatização dos procedimentos de aquisição de passagens aéreas e com a massificação do uso do e-mail como forma de comunicação.

Os quadros XXX e XXXI detalham os recursos totais empregado nesta ação:

QUADRO XXX – Recursos empenhados na ação

<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
Orbitel – Implantação do Enlace	R\$ 39.650,00
Aquisição de impressoras e seus suprimentos	R\$ 7.060,00
Material de Telefonia (telefones sem fio)	R\$ 3.150,00
Aquisição de Nobreaks	R\$ 1.665,00
Equipamento de Telefonia (Gateway ISDN + Aparelhos sem fio)	R\$ 3.010,00
Equipamento de Telefonia (Storage de Rede)	R\$ 1.550,00
Total Geral	R\$ 56.085,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O quadro XXXI detalha apenas os recursos empregados com os serviços de telefonia e dados:

QUADRO XXXI – Recursos empenhados com telefonia e transmissão de dados

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339039	Oi Telemar – Telefonia Fixa	R\$ 15.877,36
339039	Vivo – Telefonia Celular	R\$ 7.854,18
339039	TNL PCS S/A	R\$ 2.583,47
339039	Embratel	R\$ 2.759,06
339039	Intelig – Ligações Longa Distância	R\$ 1.916,87
Total Geral		R\$ 30.990,94

Fonte: SIAFI Gerencial

Destacamos que nesta ação foram executados, ainda, **R\$ 555,58** (quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) referente a despesas de exercício anteriores.

2.3.2.9. AÇÃO 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã

O DPRF instituiu o projeto SEGURANÇA PÚBLICA: TRÂNSITO COM CIDADANIA, com foco principal na prevenção de crimes de corrupção. Os objetivos principais são estreitar as relações entre polícia e cidadão, aumentar a participação da sociedade no processo de aprimoramento das ações de Segurança Pública e conscientizar os usuários das estradas e rodovias federais, no tocante a valores como ética e cidadania, através de palestras com os vários setores sociais.

Na primeira fase do projeto 14 Estados foram escolhidos para implantação do

programa. O 5ºDRPRF/RR não foi incluído neste primeiro momento, porém o DPRF já começou a alimentá-la de equipamentos necessários à futura implantação. O quadro abaixo detalha estas aquisições:

QUADRO XXXII – Recursos empenhados com investimentos na ação 8857

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
449052	PADUA COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 2.500,00
449052	MERCANTIL LICITACAO LTDA	R\$ 917,95
449052	ELETRONICA GORZA LTDA EPP	R\$ 213,80
449052	MERCANTIL LICITACAO LTDA	R\$ 298,00
449052	COLORADO COMERCIO E SERVICO DE ELETRO-ELETRONICOS LTDA	R\$ 1.850,00
449052	VENETO COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 740,00
Total Geral		R\$ 6.519,75

Fonte: SIAFI Gerencial

Outra atividade relacionada com o Projeto Trânsito com Cidadania, foi a Reunião de Trabalho e Lançamento Regional do Projeto Trânsito com Cidadania, na 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - MS, realizada entre os dias 16 e 18 de dezembro de 2010, em Campo Grande/MS, no auditório do Hotel Self Buriti Suítes Hotel, mesmo local de hospedagem obrigatória de todos os participantes.

A programação contou com a Cerimônia Oficial de Lançamento do Projeto Trânsito com Cidadania em Mato Grosso do Sul, com participação de diversas autoridades locais, tanto do DPRF como externas a ele; reuniões entre Corregedores Regionais, Comissões Regionais dos Projetos já implantados, palestrantes de cada Regional e o Sr. Corregedor Geral, Inspetor Lourival Carrijo; além de evento cultural destinado ao público local, realizado em praça pública.

Para atendimento desta demanda, foram descentralizados para o 5ºDRPRF/RR recursos conforme quadro XXXIII.

QUADRO XXXIII – Recursos empenhados com Diárias e Passagens nesta ação

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
339014	Diárias	R\$ 956,25
339033	Passagens	R\$ 2.168,84
Total Geral		R\$ 3.125,09

Fonte: SIAFI Gerencial

2.3.2.10. AÇÃO 20EV - Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

Esta ação faz parte do Programa 1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO).

Os veículos adquiridos nesta ação visam à substituição de parte das viaturas operacionais adquiridas nos anos anteriores que, por sua própria utilização, encontra-se em condições irrecuperáveis ou com inviabilidade de investimentos para recuperação.

Desta forma, o quadro XXXIV detalha as aquisições de viaturas nesta ação:

QUADRO XXXIV – Recursos empenhados com aquisição de viaturas

<i>ND</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor Total</i>
449052	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL S.A	R\$ 114.000,00
449052	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL S.A	R\$ 228.000,00
449052	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	R\$ 87.000,00
449052	NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	R\$ 218.000,00
Total Geral		R\$ 647.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO XXXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	200110	3010706122075020000001	0,00	0,00	1.273,65
		200130	3010706122075020000001	0,00	0,00	2.743,49
		200122	3010706181066327230001	0,00	0,00	5.386,85
	Recebidos	200109	3010706122075020000001	0,00	0,00	435.766,47
		200109	3010106422145320EV0101	0,00	0,00	6.386,27
		200109	3010706128066325240001	0,00	0,00	69.098,03
		200109	3010706181066327230001	0,00	0,00	158.469,61
		200109	3010706183066328160001	0,00	0,00	3.000,00
		200109	3010706181066342900001	0,00	0,00	11.722,36
		200109	3010706181138686230001	0,00	0,00	13.426,15
		200109	3010706452066386920001	0,00	0,00	4.409,33
		200109	3010706181138686980001	0,00	0,00	63.762,66
		200109	3010106422145388570001	0,00	0,00	5.125,09
		Movimentação Externa	Concedidos	-----	-----	0,00
Recebidos	-----		-----	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movime	Concedidos	-----	-----	0,00	0,00	0,00

Movimentação Interna	Recebidos	200109	3010706122075020000001	88.396,93	0,00	0,00
		200109	30107061811386200C0001	288.000,00	0,00	0,00
		200109	3010106422145320EV0101	647.000,00	0,00	0,00
		200109	3010706181066327230001	8.250,00	0,00	0,00
		200109	3010706183066328160001	1.489,50	0,00	0,00
		200109	3010706181066342900001	19.786,80	0,00	0,00
		200109	3010706181138686980001	23.975,00	0,00	0,00
		200109	3010106422145388570001	6.519,75	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-----	-----	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-----	-----	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Esta UJ apenas executa as ações que são geridas pelo DPRF.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em um conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- Despesas por Modalidade de Contratação;
- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XXXVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	682.998,28	759.141,58	682.998,28	759.141,58
Convite				
Tomada de Preços	30.140,00	0,00	30.140,00	0,00
Concorrência				
Pregão	652.858,28	759.141,58	652.858,28	759.141,58
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	129.256,08	105.432,39	129.256,08	104.952,01
Dispensa	93.338,53	66.441,64	93.338,53	66.441,64
Inexigibilidade	35.917,55	38.990,75	35.917,55	38.510,37
Regime de Execução Especial	752,90	958,42	752,90	958,42
Suprimento de Fundos	752,90	958,42	752,90	958,42
Pagamento de Pessoal	0,00	81.001,87	72.198,45	81.001,87
Pagamento em Folha				
Diárias	72.198,45	81.001,87	72.198,45	81.001,87
Outras	65.944,68	5.795,44	65.944,68	5.795,44

Fonte: SIAFI Gerencial

O gráfico abaixo destaca a evolução no biênio (2009-2010) dos valores liquidados através de licitações do tipo pregão. O mesmo gráfico mostra ainda a comparação com a diminuição dos valores liquidados através de contratações feitas por dispensa mais inexigibilidade de licitação (no mesmo biênio), ou seja, ao passo em que aumentamos os valores liquidados através de pregões, diminuimos os valores liquidados a partir de dispensas e inexigibilidades.

GRÁFICO VI – Pregões x Dispensa+Inexigibilidade



2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

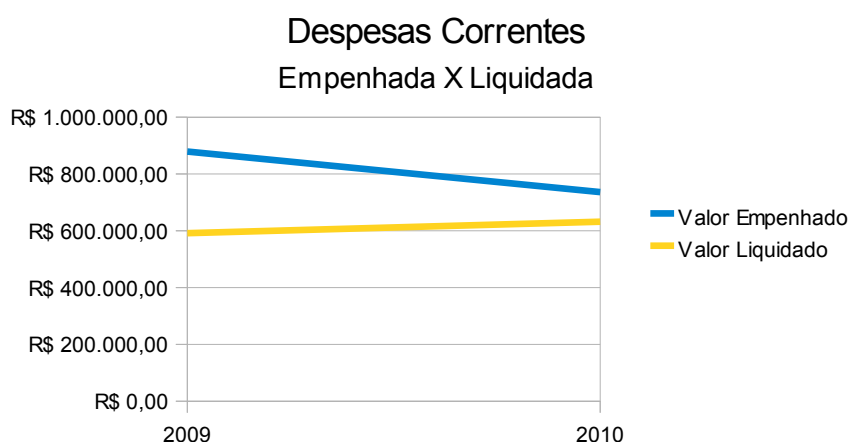
QUADRO XXXVII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR					RELATÓRIO DE GESTÃO 2010			
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	879.145,29	736.136,07	592.216,72	631.767,97	286.928,57	104.368,10	592.216,72	631.287,59
1º Elemento 2010 e 2009 (339037 – Locação de Mão-de-obra)	334.096,13	258.546,08	283.857,98	251.271,70	50.238,15	7.274,38	283.857,98	251.271,70
2º Elemento 2010 (339039 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica)		194.981,77		132.851,55		62.130,22		132.371,17
2º Elemento 2009 (339030 – Material de consumo)	203.398,20		79.355,54		124.042,66		79.355,54	
3º Elemento 2010 (339030 – Material de consumo)		130.369,62		103.123,91		27.245,71		103.123,91
3º Elemento 2009 (339039 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica)	157.904,86		88.191,77		69.713,09		88.191,77	
Demais elementos do grupo	183.746,1	152.238,6	140.811,43	144.520,81	42.934,67	7.717,79	140.811,43	144.520,81

Fonte SIAFI Gerencial (Dados indexados pela despesa empenhada).

GRÁFICO VII – Despesas Correntes (Empenhada x Liquidada)



O gráfico acima evidencia a redução dos valores empenhados com as despesas correntes, do exercício 2009 para o exercício de 2010.

Em contrapartida podemos visualizar uma evolução no processamento das despesas, uma vez que no exercício 2009 a UJ liquidou apenas 67% dos valores empenhados contra 85% no exercício de 2010.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XXXVIII – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	72.005,10	1.083.417,98	35.219,00	320.561,73	36.786,10	762.856,25	35.219,00	320.561,73
1º Elemento (449052)	41.865,10	1.078.369,65	5.079,00	315.513,40	36.786,10	762.856,25	5.079,00	315.513,40
2º Elemento (449051)	30.140,00	5.048,33	30.140,00	5.048,33	0,00	0,00	30.140,00	5.048,33
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte Siafi Gerencial (Dados indexados pela despesa empenhada).

O gráfico abaixo demonstra um aumento de **1.404,64%**, em relação ao exercício 2009, do valor empenhado com investimentos, totalizando em 2010 a quantia de **R\$ 1.083.417,98 (um milhão, oitenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e oito centavos)** em investimentos.

GRÁFICO VIII – Investimentos



Conclusões quanto à Execução Orçamentária

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que

modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 - outras despesas correntes”, com destaque para os serviços de vigilância e de limpeza e conservação, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

O incremento no volume da despesa verificado no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, refere-se a aquisição de viaturas ocorrida no exercício em exame. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo DPRF, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

As ações desta UJ voltam-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições mínimas para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do DPRF. Desta forma, diante do reduzido volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do DPRF, esta UJ não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos orçamentários para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a este 5ºDRPRF/RR, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim. Em decorrência, temos a acumulação de várias atribuições por uma única pessoa, a convocação extra escala de serviço para o desenvolvimento da atividade fim. Some-se a isto os afastamentos para tratamento de saúde, os afastamentos para gozo de férias, dentre outras ausências verificadas no exercício sob exame.

2.4.3. Indicadores Institucionais

No exercício de 2010, avaliada a necessidade desta Regional em possuir elementos para mensurar a eficiência e eficácia do serviço de cada policial, como forma de avaliar a participação individual na gestão pública, uma vez que a avaliação é uma das etapas fundamentais do processo de gestão, pois permite aferir se o objetivo do órgão está sendo alcançado, instituímos, em 1º de abril de 2010, ou seja, início do 2º trimestre, a Instrução de Serviço nº 01/2010, a qual regulamentou a Avaliação de Desempenho Operacional e Individual no âmbito do 5ºDRPRF/RR e deu outras providências.

Tal instrumento normativo teve por fito a busca da Regional por cumprir as metas referentes à Taxa de Acidentes, Mortalidade, Percepção de Segurança e Procedimentos de Fiscalização estabelecidas pelo DPRF, de acordo com previsão contida no Plano Plurianual (PPA 2008-2011), constante do Anexo “D” da Portaria nº 30/2009-DG, atualizados pela Portaria nº 010/DG, de 03 de fevereiro de 2010.

Relativo à busca pelo cumprimento do número de Procedimentos de Fiscalização (quantitativo de veículos e pessoas fiscalizados e de testes de alcoolemia realizados), foi estipulado que cada policial deveria cumprir um mínimo de 15 (quinze) Procedimentos por período de 12 horas, fazendo-se regra proporcional para tal índice mínimo a ser alcançado ao número de horas trabalhadas/mês, sem prejuízo dos demais procedimentos decorrentes da

fiscalização e policiamento.

O método de mensurabilidade adotado para o desempenho operacional da Regional, tendo como pressuposto a participação individual do servidor-ator, deu-se conforme fórmula a seguir:

$$ADI = \frac{(\sum P_{pos} - \sum P_{neg}) * 5,71 * D}{H}$$

onde:

ADI – avaliação de desempenho individual de cada policial em serviço operacional; é o “saldo” de pontos do policial no mês considerado.

P_{pos} – pontos positivos de cada procedimento;

P_{neg} – pontos negativos de cada procedimento;

D – número total de dias do mês (ex.: no mês de março, D = 31);

H – número de horas em trabalho operacional do policial avaliado no mês;

OBS.: a constante 5,71 refere-se a proporção diária da carga horária semanal estipulada para o servidor público federal.

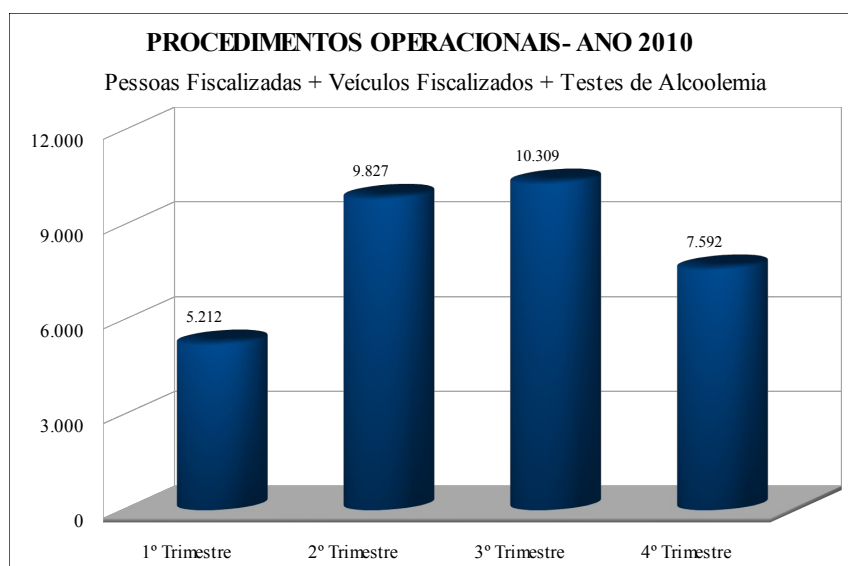
As pontuações positiva e negativa que a fórmula refere-se estão detalhadas na mesma norma instituída, considerando a complexidade de execução de cada procedimento, sua importância para o atingimento da meta estabelecida para a Regional, bem como conseqüente diminuição dos fatores que influenciam a problemática do trânsito rodoviário.

Todo procedimento realizado no serviço operacional é registrado em formulário próprio ou em sistema informatizado corporativo, os quais geram pontuação positiva ou negativa. Estes registros alimentam mensalmente planilha própria, a qual subsidia a Avaliação de Desempenho Individual (ADI).

De posse do resultado da ADI, é feito um ranking, e levado ao conhecimento dos servidores, buscando a auto-avaliação e conseqüente percepção de sua participação no processo de gestão das atividades de segurança pública de nossa competência.

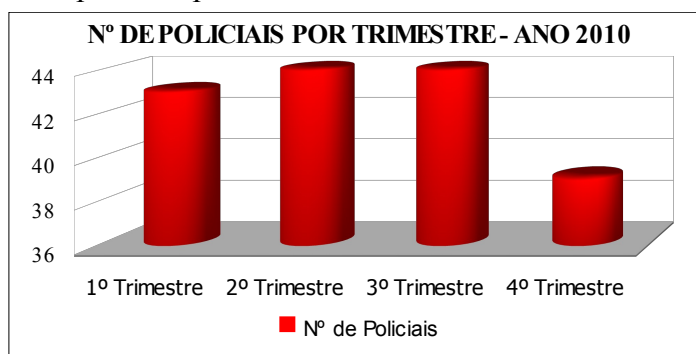
O gráfico abaixo comprova a eficácia do método adotado.

GRÁFICO IX – Procedimentos operacionais (2010)



Registramos números crescentes, partindo da entrada em vigor da normativa procedimental, ou seja, 2º trimestre. Porém, verifica-se no gráfico, uma queda no 4º trimestre, ainda sim, com resultados maiores que no 1º trimestre. O principal fator para este decréscimo foi a redução do número de policiais que efetivamente operacionalizaram as ações de policiamento, conforme gráfico abaixo.

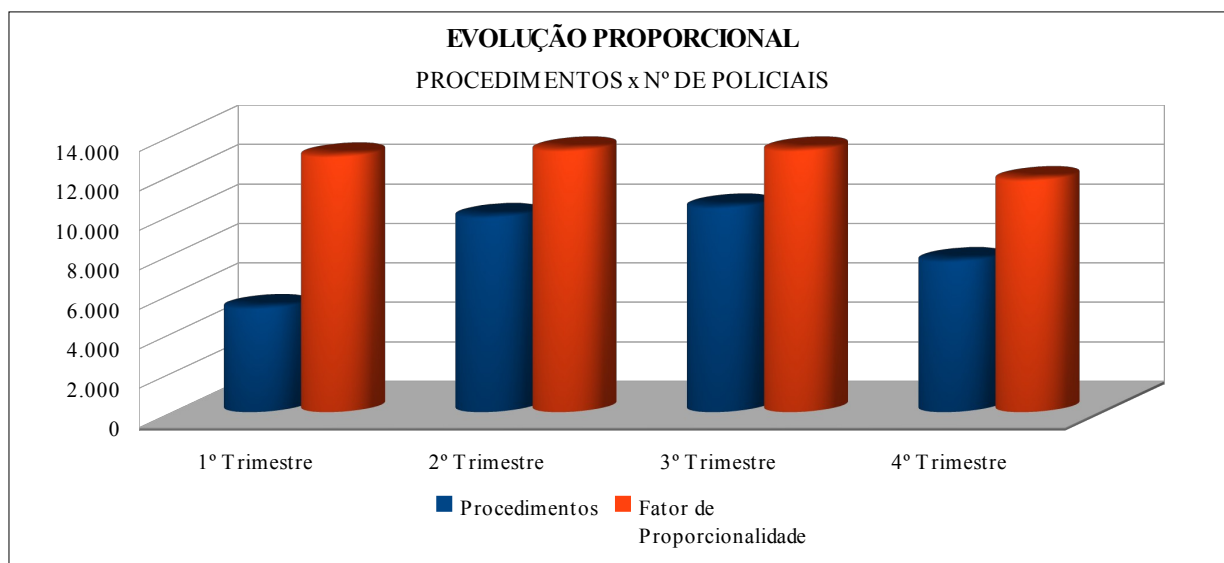
GRÁFICO X – Número de policiais por trimestre



Ressaltamos que, mesmo tendo havido no primeiro trimestre um número equivalente de policiais em relação aos dois trimestres subsequentes, essa equivalência não é proporcional ao número de procedimentos alcançados a cada trimestre avaliado pela metodologia implantada.

	Procedimentos	Fator de Proporcionalidade	Nº Real de Policiais	Constante de Proporcionalidade	Evolução Proporcional
1º Trimestre	5.212	12.900	43	300	0,40
2º Trimestre	9.827	13.200	44	300	0,74
3º Trimestre	10.309	13.200	44	300	0,78
4º Trimestre	7.592	11.700	39	300	0,65
	32.940				

GRÁFICO XI – Evolução proporcional



O ciclo avaliatório do desempenho da regional seria fechado a partir da mensuração da percepção de segurança por parte dos usuários das rodovias federais, dar-se-ia pelo instrumento de pesquisa de tal percepção, o que, em face das dificuldades de pessoal nesta UJ não foi possível a consecução de tal ferramenta como já tratado quanto da explanação a cerca do índice de tal indicador.

Esta dificuldade provavelmente será sanada no exercício 2011, uma vez que já consta planejamento de capacitação de servidores para esse fim, no âmbito do DPRF, considerando ainda que a mensuração das atividades do DPRF está em constante aperfeiçoamento, como por exemplo a disponibilização, já existente, do sistema corporativo Indicador de Desempenho que possibilita o registro *on-line* dos procedimentos de fiscalização realizados pelos policiais, potencializando a gestão instantânea das atividades.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício 2010.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O Quadro XXXIX abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios

anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir:

QUADRO XXXIX – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	151,85	0,00	0,00	151,85
2008	250,40	0,00	0,00	250,40
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	323.714,67	87.231,19	236.483,48	0,00
2008	247.345,88	14.835,36	232.510,52	0,00
2007	281.159,98	22.244,75	258.924,23	0,00

Observações: Os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 permanecem válidos até 30/04/2011, conforme artigo 2º do Decreto 7.418, de 31 de dezembro de 2010.

Contribui para aumento dos valores inscritos em de restos a pagar o incremento no volume das aquisições decorrentes da disponibilização de recursos no fim do exercício, de tal forma que o prazo para que os respectivos fornecedores cumpram suas obrigações se estende ao exercício seguinte.

A manutenção de saldo na conta de restos a pagar geralmente decorre de fatos alheios a vontade da administração, dentre os quais podemos citar a demora, por parte dos fornecedores, na entrega das respectivas aquisições, a não disponibilização das respectivas faturas no exercício imediatamente seguinte ao da prestação dos respectivos serviços. Em regra geral, como forma de reduzir o saldo, bem como o seu prolongamento na conta de restos a pagar, esta Unidade intervêm junto a seus fornecedores objetivando a disponibilização das aquisições de acordo com os prazos estabelecidos. Com o mesmo intuito, após processado o respectivo pagamento, é efetuado o cancelamento do saldo remanescente do valor inscrito em restos a pagar de forma estimada e que se destinam a atender despesas cujo valor não é possível conhecer previamente, a exemplo do que ocorre com os serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.

Os pagamentos das despesas inscritas em restos a pagar de exercícios anteriores ocorreram de acordo com a disponibilização dos recursos financeiros por parte do DPRF, não se verificando prejuízos na execução do orçamento do exercício em referência no âmbito desta Unidade.

O saldo da nota de empenho nº 2008NE900001 inscrito em Restos a Pagar Processados no exercício de 2008 decorre de liquidações registradas no SIAFI, através dos documentos hábeis 2008NO000259 e 2008NO000260, que ficaram pendentes de cancelamento, uma vez que as respectivas despesas foram efetivamente liquidadas e pagas no próprio exercício de 2008 através dos documentos hábeis 2008NO000261 e 2008NO000262.

O saldo da nota de empenho nº 2008NE900216 foi inscrito em restos a Pagar não Processados no exercício de 2008. O saldo inscrito em Restos a Pagar Processados no exercício de

2009 decorre da liquidação registrada no sistema SIAFI, através do documento hábil 2009NP000080, que ficou pendente de cancelamento, uma vez que a respectiva despesa foi efetivamente liquidada e paga no exercício de 2009 através do documento hábil nº 2009NP000088.

Desta forma, valores inscritos em Restos a Pagar Processados no ano de 2008, referem-se a despesas que já passaram pela fase de pagamento, no próprio exercício de 2008 e no decorrer do exercício de 2009, através de documentos hábeis diversos daqueles que geraram saldo na respectiva conta de Restos a Pagar Processados e que, devido a dificuldades de operacionalização no sistema SIAFI, seu saldo foi regularizado no exercício de 2011 com o auxílio da Setorial Contábil do Ministério da Justiça.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativo

QUADRO XL – Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	43	43	1	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	43	43	1	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	43	43	1	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior (*)	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas (*)	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	43	43	1	0

Fonte: SIAPE

(*) A regional possui 1 cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS.1) e 4 Funções Gratificadas (FG-3), todos ocupados por servidores nomeados em caráter efetivo, em provimento do cargo da carreira de Policial Rodoviário Federal (Art. 9º, I, da Lei 8.112/90), portanto, já contabilizados no item “1. Provimento de Cargo Efetivo”.

Observação: DAS e FG não informado no quadro (2.2.1 e 2.3.1), considerando ainda a Descrição dos campos da Portaria 277/2010-TCU:

“Provimento de cargo em comissão: Servidores que ingressaram na UJ mediante o instituto do provimento em comissão previsto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas”...

...“Total: Somatório das colunas, segundo a equação: Provimento de cargo efetivo + Provimento de cargo em comissão”.

QUADRO XLI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	07	20	10	06	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	07	20	10	06	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

QUADRO XLII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	00	18	17	08	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	18	17	08	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo

grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Pasta Funcional dos servidores

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO XLIII – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	0	0
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	-	-

Fonte: Pasta Funcional do Servidor Aposentado

QUADRO XLIV – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	3	0
2. Proporcional	-	-

Fonte:

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XLV – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	0	1	1	1	4.496,80
• Área Fim	-	-	-	-	
• Área Meio	0	1	1	1	4.496,80
Nível Médio	0	5	5	5	14.842,66

• Área Fim	-	-	-	-	
• Área Meio	0	5	5	5	14.842,66

Fonte: SIAPE

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

QUADRO XLVI – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	233.911,20	2.406,99	39.532,09	30.342,85	0,00	750,42	51.677,42	358.620,97
2009	275.032,79	2.265,87	45.634,16	43.065,68	14,93	3.780,43	58.251,59	428.045,45
2010	363.598,41	2.598,01	49.630,45	39.693,70	14,92	12.424,72	34.549,44	502.509,65
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

QUADRO XLVII – Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene

Unidade Contratante													
Nome: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Roraima													
UG/Gestão: 200232/00001						CNPJ: 00.394.494/0137-00							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	010/2009	84.032.408/0001-35	25/06/09	24/06/11	3	3	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dossiê de Fiscalização

QUADRO XLVIII – Contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Roraima													
UG/Gestão: 200232/00001						CNPJ: 00.394.494/0137-00							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	017/2010	02.692.187/0001-67	28/11/10	27/11/11	-	-	8	8	-	-	A

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processo de Contratação

QUADRO XLIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

O 5ºDRPRF/RR não possui estes tipos de contratos.

QUADRO L - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

O 5ºDRPRF/RR não possui estes tipos de contratos.

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores atribuídos a esta regional pela unidade central do DPRF para a área de recursos humanos.

Conforme ata de reunião da Coordenação-Geral de Recursos Humanos/DRPF ocorrida no corrente mês (Fevereiro/2011), tais indicadores encontram-se em desenvolvimento pelas diversas áreas (Saúde, Cadastro, Pagamentos, Aposentadorias e Pensões, Legislação e Capacitação) daquela coordenação.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2010.

Não ocorreram transferências nessas modalidades no exercício 2010.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.

REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.

DECLARAÇÃO**NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Denominação completa (UJ):	Código da UG:
5ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR	200232

Declaramos que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2009.

Local	Boa Vista-RR	Data	17 de março de 2011
--------------	--------------	-------------	---------------------

DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA ÁREA:

NOME	CPF	CARGO	ÁREA QUE RESPONDE
Helliton Santiago dos Santos	382119392-15	Policia Rodoviário Federal	Setor Orçamentário e Financeiro

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Informo que os servidores desta UJ cumpriram com as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, referentes ao exercício de 2010.

Na busca de racionalizar os procedimentos na área de gestão de pessoal, com a redução do número de papéis constantes em arquivo e aumento da segurança da informação para os servidores, desburocratizando a apresentação da declaração de bens e valores (art. 13 da Lei nº 8.429/92 e no art. 1º da Lei nº 8.730/93), atualmente, todos os servidores desta UJ autorizaram o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298/2007).

DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA ÁREA:

NOME	CPF	CARGO	ÁREA QUE RESPONDE
Marcelo Aguiar da Silva	852743644-20	Policia Rodoviário Federal	Núcleo de Administração de Pessoal

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO 5ºDRPRF/RR.

QUADRO LI – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: No âmbito desta UJ não existe unidade de controle interno. As respostas consideram apenas os procedimentos internos da UJ.					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O quadro LII abaixo trata das informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental quando da aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a instrução normativa nº 1/2010 e a portaria nº 2/2010, ambas da secretaria de logística e tecnologia da informação do ministério do planejamento, orçamento e gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o decreto nº 5.940/2006.

QUADRO LII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Avisos		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
<i>Considerações Gerais:</i>					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO 5ºDRPRF/RR.

11.1. Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União;

Não foram encontrados em nossos arquivos registros de bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade do 5ºDRPRF/RR. Destacamos que já oficiamos a

Superintendência do Patrimônio da União em Roraima sobre tais registros.

QUADRO LIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RR	2	2
	Boa Vista	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPU/RR

11.2. Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros;

Nos exercícios 2009 e 2010 inexistiram bens imóveis locados de terceiros pelo 5ºDRPRF/RR.

11.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ;

QUADRO LIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200232	0301 00135.500-4	12	03	240,500,00	17/03/2011	1.487.217,33	--	--
200232	Não Há Registro (UOP03)	12	03	Não Há Registro	Não Há Registro	Não Há Registro	--	--
Total							62.899,80	319.133,72

Fonte: SPU/RR

No exercício 2010 inexistiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade do 5ºDRPRF/RR.

O único imóvel que encontra-se no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet é o edifício utilizado para o funcionamento da Sede Administrativa do 5ºDRPRF/RR, localizado a Rua Professor Diomedes, nº 764, São Vicente, Boa Vista - RR. No entanto, este imóvel é oriundo do extinto DNER, encontrando-se sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União em Roraima (UG 201034).

A Unidade Operacional 03 (Água Boa), localizada no KM 491, da BR174, encontra-se em situação de regularização junto a Superintendência do Patrimônio da União em Roraima. Salientamos, ainda, que a UOP 03 não encontra-se registrada no Sistema de Gerenciamento dos

Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

O imóvel em questão vem sendo utilizado pelo 5ºDRPRF/RR desde o segundo semestre de 2008, quando a primeira fase das obras foi concluída. No entanto, apenas em 2010 a UOP 03 passou a ser ocupada em condições satisfatórias de trabalho, pois, somente ao final do exercício 2010 foi possível a instalação do sistema de enlace que estabeleceu a comunicação de dados e voz entre àquela unidade operacional e a sede administrativa do Distrito.

A Unidade Operacional 02 (Cauamé), localizada no KM 512, da BR 174, trata-se de imóvel utilizado no exercício 2010 e em exercícios anteriores, sendo objeto de cessão de uso, por parte do Governo do Estado de Roraima, o que implicou na aplicação de recursos no referido imóvel, visto constar do Termo de Cessão a necessidade de sua manutenção, necessidade esta intrínseca para sua ocupação. Tal imóvel tende a ser devolvido ao governo estadual, considerando que, com a conclusão das obras do contorno oeste da citada rodovia, sua ocupação torna-se-á inócua.

Os valores informados no quesito despesas com manutenção – instalação, totalizam todos os gastos com água, luz, limpeza e vigilância.

Registre-se que os valores totalizados no quadro LIV acima, englobam os gastos com a manutenção da UOP 02 (Cauamé).

11.4. Discriminação dos Bens Imóveis Locados de Terceiros pela UJ

Nos exercícios 2009 e 2010 inexistiram bens imóveis locados de terceiros pelo 5ºDRPRF/RR.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

Ressaltamos que compete a CGPLAM a gestão de todas as ações de TI no âmbito do DPRF, desta forma, compete a UJ apenas sua execução.

QUADRO LV – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				

Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: Respondido individualmente.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.

QUADRO LVI – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG: 200232			Limite de Utilização da UG: R\$ 10.000,00		
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Edinir da Silva Lima	11376058391	2.000,00	0,00	958,42	958,42
Total utilizado pela UG			0,00	958,42	958,42
Total utilizado pela UJ			0,00	958,42	958,42

Fonte: SIAFI

QUADRO LVII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
2008	0	0,00	0	0,00	0,00

5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR				RELATÓRIO DE GESTÃO 2010	
2009	0	0,00	3	752,90	752,90
2010	0	0,00	6	958,42	958,42

Fonte: SIAFI

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

14.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO LVIII – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento de Polícia Rodoviária Federal					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-020.396/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)	Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara	1.4.1	DE	E-mail nº 18/AECI/GM-MJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Descrição da Deliberação:					
"1.4.1. determinar ao 5º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/RR que, em eventuais repactuações e/ou futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados, não aceite na planilha de formação de preços a presença de "Reserva Técnica" e itens relativos à "Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal" no quadro de insumos, devendo justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importem em majoração/inclusão desses custos;"					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Síntese da providência adotada:					
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos contratos com terceiros cujas planilhas de custos e formação de preços apresentavam os itens elencados no Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara; Negociação com a empresa Boa Vista Serviços Ltda (prestadora do serviço de limpeza e conservação), visando adequação de suas planilhas às determinações do TCU; Com base no Processo nº 013.016/2009-1, citado no corpo do Of. 781/2009-TCU/SECEX-RR, a Unidade provocou a adequação das planilhas referentes ao serviço de vigilância armada, através dos Ofícios 455/09 e 457/09-NAF; Face à recusa da adequação por parte da empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda, a Unidade oficiou à GRA/RR (Ofício 4/2010-NAF) solicitando participação em certame visando nova contratação via Registro de Preços; Face à impossibilidade de participação no certame da GRA/RR (Ofício 039/2010-RL/GRA/MF/RR), a Unidade realizou pesquisa de mercado entre as empresas locais credenciadas (elencadas através do Of. 334/2010-DELESP/DREX/SR/DPF/RR); Com base na pesquisa de mercado, a Unidade avaliou a possibilidade de adituação, mas em paralelo, autuou o processo nº 08676000126/2010-23, buscando prioritariamente a realização de Pregão Eletrônico que garantisse plena adequação às orientações do TCU; Face ao fracasso do Pregão Eletrônico nº 03/2010, oficiamos à empresa Union Security Serviços de 					

Segurança e Transporte de Valores Ltda (Of. 027/2010-NAF), solicitando aditivção contratual com adequação das planilhas de custos e formação de preços elaboradas sem os itens "Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal" e "Reserva Técnica";

- Face à nova recusa da empresa Union Security em retirar o item "Reserva Técnica" de suas planilhas (Of. US/BVB 258/10), motivada pelo Ofício 27/2010-NAF, e à essencialidade do serviço, a Unidade assinou o 1º Termo Aditivo ao Contrato 06/2009.

Síntese dos resultados obtidos

- Planilhas da empresa prestadora do serviço de Limpeza e Conservação (Contrato 10/2009 - Processo nº 08676000176/2009-77) em conformidade com o Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara;
- Fracasso nas tentativas de adequação ao Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara, realizadas junto à empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda;
- Fracasso ao tentar participar de certame promovido pela GRA/RR;
- Pesquisa de mercado apontando como mais vantajosos os valores ofertados pela empresa Union Security;
- Fracasso do Pregão Eletrônico nº 03/2010, promovido pelo 5ºDRPRF/RR;
- Adequação parcial ao Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara no momento da assinatura do 1ª Termo Aditivo ao Contrato 06/2009, e adequação total após a chegada do Acórdão Nº 1081/2010 - TCU - Plenário (cujo processo permitiu a presença do item "Reserva Técnica" no limite de 2,5 %), tratado no quadro seguinte.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Pontos Negativos:

- O efetivo restrito e o grande número de demandas dificulta a participação de pessoal capacitado na elaboração e análise das planilhas de custos e formação de preços recebidas e/ou utilizadas nos certames da Unidade;
- As empresas locais prestadoras do serviço de vigilância armada questionam algumas determinações do TCU, o que gera dificuldades para a adequação de suas planilhas.

Pontos Positivos:

- Não houve dificuldades na adequação do contrato de limpeza e conservação às recomendações do TCU;
- Manutenção dos valores do contrato original no 1º Termo Aditivo ao Contrato 06/2009.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Código SIORG

704

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-013.016/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)	Nº 1081/2010 - TCU - Plenário	1.5.1	DE	E-mail nº 149/2010-AECI/MJ e Of. nº 393/2010-TCU/SECEX-RR

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

Código SIORG

029305

Descrição da Deliberação:

"1.5.1. ao 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal que, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 006/2009), celebrado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz

respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;”

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal	029305

Síntese da providência adotada:

- Promoção de duas licitações (Pregões Eletrônicos 03/2010 e 06/2010), observando os limites fixados em lei;
- Realização de novas pesquisas de mercado (junto às empresas do ramo e a outros órgãos públicos usuários deste serviço);
- Negociação com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda, detentora da melhor proposta de preços, visando celebração de novo contrato;
- Interação com diversos órgãos do Estado, visando participação e viabilização de Pregão Eletrônico com Registro de Preços, como tentativa de promover coletivamente a adequação dos valores pagos.
- Elaboração do Ofício nº 219/2010, de 08 de junho de 2010, informando as providências adotadas e justificando a impossibilidade de contratação atendendo ao teto legal;

Síntese dos resultados obtidos

- Fracasso nos Pregões Eletrônicos 03/2010 e 06/2010;
- Celebração de novo contrato com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda (única alternativa possível para garantia da continuidade do serviço), face aos preços praticados no mercado local e à essencialidade da contratação;
- Participação efetiva em Pregão Eletrônico com Registro de Preços (edital já publicado), que deverá ocorrer em 15/03/2011, visando adequação dos valores pagos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Pontos Negativos:

A segurança é um ponto sensível da Unidade, pois além da guarda dos bens de terceiros, também zela ininterruptamente pelos materiais de uso bélico/restrito de sua dotação, a exemplo de pistolas e outros armamentos. A pronta resposta proporcionada pela vigilância armada fez a Unidade considerá-la a única opção, descartando a fiscalização remota, realizada apenas com câmeras de vídeo.

O mercado local é restrito, conforme aponta levantamento realizado junto ao Departamento de Polícia Federal – DPF, onde figuram somente as empresas TRANSVIG e UNION SECURITY como credenciadas a prestar o serviço em questão. Estas empresas praticam preços superiores aos limites do Normativo da SLTI, conforme constatado junto a outros órgãos públicos locais, que promoveram certames de mesma natureza.

Em nenhum momento, a Unidade obteve orçamentos ou propostas com valores inferiores à Portaria 10/2009 – SLTI/MPOG, fato que gerou o fracasso de dois certames promovidos pelo 5ºDRPRF/RR, tratados no processo 08676000126/2010-23, autuado e instruído no exercício de 2010, visando a adequação aos valores legais.

Pontos Positivos:

O contrato 17/2010 (processo nº 08676000126/2010-23), atualmente em vigor, substituiu o contrato 06/2009 (processo nº 08676.000175/2009-22). Oriundo de uma dispensa de licitação (com supedâneo no inciso VII, artigo 24, da Lei 8.666/93), o contrato 17/2010 foi fruto de intensa negociação entre o 5ºDRPRF/RR e a empresa UNION SECURITY e apresenta os mesmos valores pagos em 2009 (ainda que permaneçam pouco acima do teto legal vigente). Tal fato coloca o 5ºDRPRF/RR entre os órgãos com menor percentual de sobrepreço, já que esta situação é comum a diversos órgãos públicos do estado de Roraima.

Tipo de Posto de Trabalho	Valor Limite (R\$) (Port. nº 40/SLTI, de 23/12/2010)	Valor Contratado (R\$)	Percentual de sobrepreço (%)
44h/semanais DIURNO	1.795,54	1.849,76	3,02
12x36h DIURNO	3.608,09	3.675,84	1,88
12x36h NOTURNO	3.937,93	4.182,48	6,21

O 5ºDRPRF/RR, mesmo com enorme carência de pessoal, vem conseguindo atender às recomendações do TCU. Exemplo disso, foi a elaboração tempestiva de justificativa (Ofício nº 219/2010, de 08 de junho de 2010) para a impossibilidade de contratar com valor inferior ao limite fixado em lei, decorrente da imposição dos preços do mercado local.

Ainda em 2010, o 5ºDRPRF/RR assumiu a condição de participante, junto com outros órgãos públicos, em registro de preços que realizar-se-á em 15/03/2011, como alternativa para a adequação dos valores ora contratados aos limites impostos pela SLTI, o que a Unidade não conseguiu por meio dos Pregões Eletrônicos que promoveu. O êxito do certame tende a reduzir os custos desta contratação.

14.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

Não existem deliberações pendentes.

14.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício.

Não houve recomendações da CGU em 2010.

14.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

Não existem recomendações pendentes e as recomendações dos exercícios anteriores não estão pendentes de atendimento, tendo sido atendidas em exercícios anteriores ao de 2010.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.**1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO 5ºDRPRF/RR**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
5ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR		200232	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
 CCONT/DP/PG/BE/M.
 Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
 Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316